



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

ATA DA 225ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 13 e 14 de agosto de 2014

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

225ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

Data: 13 e 14 de agosto de 2014

1 Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e catorze teve início a Ducentésima Vigésima Quinta
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da
4 Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:
6 Conselheira Luziele da Silva Tapajós, MDS; Conselheira Simone Albuquerque, MDS; Conselheira
7 Carolina Gabas Stucchi, MDS; Conselheira Solange Teixeira, SENARC; Conselheira Juliana Agatte,
8 MDS; Conselheira Léa Lúcia Cecilio Braga, MDS;; Conselheiro Fábio Bruni, MDS; Conselheira Fátima
9 Aparecida Rampin; Conselheira Margarida Munguba Cardoso, MDS; Conselheiro José Ferreira da
10 Crus, MDS; Conselheira Maria Lúcia Soares Marquim, CONGEMAS; Conselheira Raimunda Cadó,
11 Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheiro Thiago Ferreira Cabral, Fundação Dorina Nowill para
12 Cegos; Conselheiro Naelson da Silva Ferreira, Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento;;
13 Conselheira Dulcinéia Reginato Francisco, Pia Sociedade de São Paulo; Conselheiro Alceu Kuhn,
14 Organização Nacional de Cegos do Brasil; Conselheira Aldenora González, Instituto Eco Vida;
15 Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheira
16 Carmen Lúcia Fogaça, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; Conselheiro
17 Samuel Rodrigues, Fórum Nacional de População de Rua; Conselheira Eufrásia Agizzio, Associação
18 Brasileira de Autismo; Conselheira Clátia Regina Vieira, Federação Nacional dos Empregados em
19 Instituições Benéficas Religiosas e Filantrópicas; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera,
20 Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS; Conselheira Jucileide Ferreira do Nascimento,
21 Conselho Federal de Serviço Social; Conselheira Patricia Alves Vieira, Central dos Trabalhadores e
22 Trabalhadoras do Brasil; Conselheiro Leovane Gregório, Conselho Federal de Psicologia.
23 Secretária-Executiva Substituta, Sra. Dorinha; Sra. Thais Braga, Gabinete SNAS. **CONVIDADOS:** Sr.
24 Adailton Barbosa Leite, SNAS; Sr. Antônio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção de
25 Direito da Pessoa com Deficiência; Sra. Ana Luisa; Dra. Niusarete Lima e Dra. Andrea de Lins,
26 Secretaria Nacional de Assistência Social; Sr. Tiago Falcão, Secretário da Secretaria Extraordinária
27 para Superação da Extrema Pobreza, SESEP/MDS; Sra. Juliana Pereira, Assessora da SNAS; Sra.
28 Olga Pimentel, Secretaria de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça; Sra. Telma, Diretora
29 do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS; Sra. Maria Silva Coirello, CONSEAS/SP; Sr.
30 Daniel Martins Silva, COMAS/SP; Sra. Susana de Almeida, COMAS/SP; Sra. Daiane Silva Leberli,
31 COMAS/SP; Sr. Clodoaldo José Oliva, COMAS/SP; Sr. Ricardo Romero, CIEE/DF; Sr. Rodrigo Nader.
32 CIEE/SP; Sra. Silvana Maria de Lemos, SPA/PE; Sra. Valéria da Silva Ribeiro, LBV; Sr. Carlos Nambu,
33 COMAS/SP; Sra. Ana Lúcia Soares, ABRATO/FNTSUAS; Sra. Marina Marinho de Azevedo, SP; Sr.

34 Tomás S. Miyasuiro, MDS; Sr. Bruno Cabral, MDS; Sr. Mário Arbach, MDS; Sra. Cláudia Elizabete da
35 Silva, COMAS/SP; Sr. Pedro M. Souza, MDS; Sra. Angela Gonçalves, CEAS/BA; e, Sra. Marília
36 Câmara de Assis, COMAS/SP. **ABERTURA.** Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e catorze, o
37 Presidente iniciou a Ducentésima Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
38 Assistência Social cumprimentando os presentes e solicitando à Secretária-Executiva Substituta a
39 conferência do quorum: Conselheiros Titulares: Léia Braga, Fátima Rampin, José Crus, Maria Lúcia
40 Marquim, Raimunda Nonato Cadó, Alceu Kuhn, Anderson Miranda, Samuel Rodrigues, Clátia
41 Vieira, Edivaldo Ramos, Patrícia Vieira; Naelson da Silva Ferreira, Dulcineia, Reginato Francisco.
42 Conselheiros Suplentes: Aldenora González, Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Margareth Alves
43 Dallaruvera e Leovane Gregório. O Presidente solicitou que todos tivessem um minuto de reflexão,
44 solicitando, em especial, um pedido pela saúde da Sra. Maria das Mercês, Secretária-Executiva,
45 que se encontrava de licença médica. Justificou a ausência da Conselheira Luziele nesse dia, por
46 motivos de saúde. A seguir, indicou a **Pauta – Dia 12/08/2014 – COMISSÕES TEMÁTICAS – Manhã**
47 - 9h às 16h: Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: Plano
48 de Ação da Comissão.- Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social:
49 Plano de Ação da Comissão. - Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social: Orientação
50 Conjunta MDS/CNAS. (Resolução Comentada) sobre a inscrição das entidades ou organizações de
51 assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos
52 conselhos de Assistência Social, de acordo com a Resolução CNAS nº 14/2014. - Reunião da
53 Comissão de Política da Assistência Social: Pacto de Gestão Estadual e do Distrito Federal do SUAS.
54 **Tarde - 16h às 18h** - Reunião da Presidência Ampliada. **Dia 13/08/2014 – PLENÁRIA 9h às 09h15:**
55 Aprovação da ata da 224ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 225ª Reunião Ordinária.
56 **09h15 às 10h30:** Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e
57 Conselheiros. **10h30 às 12h:** Balanço do Plano Plurianual - PPA 2012/2015 - Pauta – Assessoria de
58 Publicação - Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2. **Tarde - 14h às 18h30:** Balanço
59 dos Impactos dos Planos Brasil sem Miséria (Ação Brasil Carinhoso) e Viver sem Limite e C. **Dia**
60 **14/08/2014 – Manhã - 9h às 10h30:** Relato da Presidência Ampliada. **10h30 às 12h:** Relato da
61 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. **Tarde - 14h às 15h:** Relato da
62 Comissão de Normas da Assistência Social. 15h às 16h: Relato da Comissão de Política da
63 Assistência Social. 16h às 17h: Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
64 Social. 17h às 18h: Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de
65 Renda. Indagou se havia alguma observação, com o Conselheiro Alceu informando a realização da
66 reunião da Comissão de Benefício e Transferência de Renda que não constava da pauta, com o
67 Presidente esclarecendo que o seu relato seria feito ao Pleno. A Conselheira Cadó indicou a
68 presença na reunião da Comissão de Acompanhamento ao Plano Nacional de Convivência Familiar
69 e Comunitária, sendo informando que poderia apresentar nos Informes dos Conselheiros. Em não
70 havendo mais nenhum questionamento, o Presidente considerou a Pauta aprovada pelo Pleno,
71 mas podendo sofrer alguma inversão durante o desenrolar da reunião. **Item Aprovação da ata da**
72 **224ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 225ª Reunião Ordinária.** O Presidente considerou
73 a Ata aprovada pelo Pleno. **Item Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT,**
74 **FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva,** pela
75 Sra. Thais: *Ducentésima vigésima quinta Reunião Ordinária do CNAS. Informes da Presidência e da*
76 *Secretaria Executiva. Ausências justificadas: A Conselheira Maria das Graças Prola, nesta reunião,*

77 devido a compromissos institucionais; a conselheira Léa Braga, na Comissão de Acompanhamento
78 de Benefícios de Transferência de Renda do dia onze de agosto, devido a compromissos
79 institucionais; a conselheira Léa Braga na Comissão Intersetorial de Implementação de Promoção,
80 Proteção e Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, no
81 dia onze de agosto de dois mil e catorze, devido a compromissos institucionais; a conselheira
82 Márcia Rocha, nessa reunião ordinária devido a problemas de saúde; a conselheira Ana Lúcia de
83 Lima Starling, no dia treze, pela manhã, e dia catorze devido a compromissos institucionais.
84 Convocações e participações: o presidente do CNAS, Edivaldo Ramos participou dos seguintes
85 eventos representado este Conselho: Segunda reunião Descentralizada e Ampliada do Conselho de
86 Assistência Social do Distrito Federal dia vinte e nove de julho em Brasília/DF; Encontro Nacional de
87 Monitoramento e Vigilância Socioassistencial no dia vinte e nove de julho em Brasília/DF;
88 Cerimônia de lançamento do projeto de lei que institui o marco regulatório da Organizações da
89 Sociedade Civil, dia trinta e um de julho no Palácio do Planalto; Painel empreendedorismo de
90 inclusão social, ministrando uma palestra como título – “Políticas de Assistência Social” no evento
91 organizado pelo SEBRAE na décima edição da Feira do Empreendedor realizada no dia primeiro de
92 agosto em Goiânia/GO. O Conselheiro Anderson Miranda representou o CNAS na reunião da CIT no
93 dia sete de agosto em Brasília. A Vice Presidente Luziele Tapajós representou o CNAS na reunião
94 ampliada do CONGEMAS com os presidentes e vices presidentes no COEGEMAS no dia cinco e seis
95 de agosto de dois mil e catorze, em Brasília/DF. A Conselheira Jucileide Nascimento representou o
96 CNAS no evento: Diálogos – governo e Sociedade Civil, Plano Brasil sem Miséria, no dia sete de
97 agosto, em Brasília/DF. Os conselheiros titulares e suplentes da Comissão de Acompanhamento de
98 Benefícios e Transferência de Renda foram convocados para uma reunião da Comissão no dia onze
99 de agosto em Brasília. Os conselheiros titulares e suplentes foram convocados para 225.ª Reunião
100 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, nos dias doze e treze e catorze de
101 agosto em Brasília/DF. Os Conselheiros, Anderson Miranda, Cláudia Laureth, Zilene Rabelo,
102 Solange Teixeira, Luziele Tapajós, Juliana Agatte e Clátia Regina Vieira, foram convocados para o
103 Encontro Regional do Conselho Nacional de Assistência Social com os Conselhos Estaduais de
104 Assistência Social CEAS, Região Norte, a ser realizado nos dias 21 e 22 de agosto em Belém do
105 Pará. A Conselheira Graça Prola foi convocada para representar o Conselho Nacional de Assistência
106 Social na Reunião da Comissão Intersetorial de Acompanhamento do SINASE no dia 27 de agosto
107 de 2014, em Brasília-DF. E-mails enviados aos Conselheiros do CNAS: Apresentação exibida pela
108 Secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Assistência Social, Valéria Gonelli, sobre o Sistema
109 Único de Assistência Social, avanços e desafios; Parecer da CONJUR/MDS que reafirma o caráter
110 obrigatório dos recursos da Assistência Social, mesmo no período eleitoral, documento enviado
111 pelo Conselheiro Fábio Bruni. Convite enviado pela Secretaria Geral da Presidência da República
112 para sanção presidencial do Projeto de Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade
113 Civil. Manifesto do CNAS em defesa intransigente da Política Nacional de Participação Social e do
114 Sistema Nacional de Participação Social. Ata e gravação da 224ª Reunião Ordinária do CNAS,
115 realizada nos dias 22, 23 e 24 de julho. Pauta da 225ª Reunião Ordinária do CNAS, publicada no
116 Diário Oficial da União, no dia 07/08/2014, na seção 1, página 201. Portarias e Resoluções:
117 Portaria Interministerial número 1, de 1.º de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União
118 no dia 04/08/2014, seção 1, página 102 que dispõe sobre a concessão e manutenção dos
119 benefícios Assistenciais, devido aos trabalhadores portuários, de acordo como trata o artigo

120 número 12815, de 5 de junho de 2013, o artigo 45 do Decreto número 8033 de 27 de julho de 2013,
121 Portaria número 89 de 4 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União dia 06/08/2014,
122 seção I página 64 que altera a Portaria n.º 84 de 19 de agosto de 2013, que dispõe sobre instrução
123 dos altos para celebração de termo de cooperação no âmbito do Ministério de Desenvolvimento
124 Social e Combate à Fome e da outras providências, resolução CNAS, número 22 de primeiro de
125 agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União, dia 04/08/2014, seção 01, página 103, que
126 altera a resolução número 24 de 27 de setembro de 2003, do Conselho Nacional de Assistência
127 Social (CNAS), com vistas a estabelecer critérios de partilha para o cofinanciamento de 2014,
128 resolução CNAS número 24, de 27 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, dia
129 30/09/2013, devidamente consolidadas, com as alterações ocorridas pela resolução CNAS número
130 22 de 2014, e pela resolução CNAS número 34 de 2013, resolução CNAS número 23, de 04 de
131 agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União dia 05/08/2014, seção 1, página 50, que
132 aprova a proposta orçamentária da Assistência Social, exercício de 2015, resolução número 24, de
133 05 de agosto de 2003, publicada no Diário Oficial da União dia 06/08/2014, seção 1, página 64,
134 que aprova o relatório trimestral da execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de
135 Assistência Social (SNAS), do segundo trimestre do exercício de 2014. Ponto 5 - documentos
136 recebidos, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) enviou memorando circular número
137 24/2014/GAB/SNAS/MDS, o qual envia documento da assessoria especial de controle interno do
138 MDS, juntamente com o ofício circular 175/GSGAB/SFC/CGU-PR, da Secretaria Federal de Controle
139 Interno da CGU, que informa sobre o lançamento da segunda edição do Concurso de Práticas,
140 voltado a estimular e premiar iniciativas do poder Executivo Federal, que contribuam para a
141 melhoria da gestão pública. Ponto 6 - Aniversariantes de agosto: Simone Albuquerque, dia 07 de
142 agosto; Margareth Dallaruvera, dia 10 de agosto. Eivaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS,
143 Maria Auxiliadora Pereira, Secretária Executiva Substituta do CNAS. A Conselheira Cadó solicitou
144 que no item 2 constasse sua participação na Reunião da Comissão Nacional Intersetorial para
145 acompanhamento e implementação, do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do
146 Direito de crianças e adolescentes, a convivência familiar e comunitária, dia 11 de setembro. O
147 Conselheiro Thiago justificou a ausência da Conselheira Cláudia Faquinote, o que havia sido
148 informado por e-mail. **Item Informes do MDS**, pela Conselheira Léia Lúcia: “Bom dia a todos e a
149 todas, bom, vamos aos informes, o primeiro, regulamentada a concessão de benefício assistencial
150 para trabalhadores portuários avulsos, foi publicado em primeiro de agosto de 2014, portaria
151 interministerial, que dispõe sobre a concessão e manutenção do benefício assistencial, devido aos
152 trabalhadores portuários avulsos, o benefício foi instituído pelo artigo 73, da lei 12.815, de 05 de
153 junho de 2013, e pelo artigo 45, do decreto 833 de 27 de julho de 2013, a portaria entra em vigor
154 após 90 dias a contar da data da sua publicação, esse benefício é destinado ao trabalhadores
155 portuários avulsos, com cadastro ou registro ativo, com mais de 60 anos, que comprovarem
156 insuficiência de meios para prover a sua subsistência. Constitui essa categoria os trabalhadores,
157 que devido a sua idade possuem suas oportunidades reduzidas de engajamento ao trabalho
158 portuário, por não fazerem jus a qualquer benefício previdenciário. Apresentam restrições nos
159 meios para prover a sua subsistência e o valor desse benefício é de um salário mínimo mensal. Ao
160 Instituto Nacional de Seguro Social, autarquia previdenciária, vinculada ao Ministério da
161 Previdência Social, competirá a operacionalização do benefício assistência, Ao MDS, por sua vez,
162 competirá coordenar, acompanhar e avaliar questões inerentes a prestação do benefício

163 assistencial para trabalhadores portuários avulsos. Atualmente o Brasil possui 34 portos públicos
164 com a presença de 27 órgãos gestores de mão de obra, dos quais os trabalhadores avulsos devem
165 ser cadastrados ou registrados. Em dezembro de 2011, a categoria dos portuários avulsos
166 somavam 17.354 trabalhadores distribuídos nas funções de capatazia, estiva, conferência de peso,
167 conferência de carga, conserto de carga, vigilância de embarcações e blocos. O segundo informe
168 traz informação da reunião técnica para inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único. O
169 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou em Brasília nos dias 26 e 27 de
170 agosto de 2014, reunião técnica com 200 profissionais da Assistência Social de todo o Brasil sobre
171 a inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único. A reunião discutiu questões importantes
172 como o Cadastro Único como instrumento de gestão dos programas sociais do Governo Federal, as
173 experiências municipais e as estratégias para aprimorar a inserção dos beneficiários do BPC no
174 Cadastro Único, a gestão da informação como estratégia de planejamento no setor público
175 indutora da ação profissional na busca de melhoria do acompanhamento familiar e articulação das
176 políticas sociais. Como todos conhecem o BPC é destinado a pessoas idosas acima de 65 anos e
177 pessoas com deficiência que não comprovem meios de prover a sua manutenção ou tê-la provido
178 pela sua família. Então, o Cadastro Único do Governo Federal por sua vez é um meio de registro de
179 informações que possibilita a identificação e caracterização das famílias e brasileiros inscritos nos
180 programas sociais. Então essa reunião teve uma relevância muito grande porque nós estamos
181 trabalhando muito para que todos os beneficiários do BPC se vinculem ao cadastro único dos
182 benefícios sociais. O terceiro informe traz a informação dos senhores conselheiros sobre a reunião
183 de monitoramento e vigilância socioassistencial que foi realizada nos dias 30, 31 e 1.º de agosto,
184 foi a oitava etapa do encontro nacional que teve o tema: “Avaliando a Implantação da Vigilância
185 Socioassistencial”. As mesas de debates versaram sobre as variadas temáticas que permeiam a
186 função da vigilância socioassistencial, em particular, para além da análise da política da
187 assistência social, a partir dos principais resultados do Censo 2013, tratados também outros temas
188 atuais, como por exemplo, a regionalização dos benefícios de Proteção Social Especial, o Pacto de
189 Aprimoramento da Gestão Municipal do SUAS, e tivemos também outras mesas temáticas que
190 trataram também sobre o papel da informação na formulação, gestão, avaliação e controle social
191 da Política de Assistência Social. O balanço nacional da implantação da vigilância socioassistencial;
192 a vigilância de padrões dos Serviços de Proteção Social Básicas; a vigilância dos padrões dos
193 Serviços de Proteção Social Especial; o Cadastro Único e a Vigilância Socioassistencial. No âmbito
194 do encontro foram também realizadas seis oficinas com especial destaque para a oficina em que os
195 municípios de Acopiára no Ceará; São José do Rio Preto – São Paulo; Betim – Minas Gerais e
196 Londrina – Paraná, relataram sobre as suas experiências de elaboração de diagnóstico
197 socioterritoriais. Outros temas que também abordados foram: utilização do sistema nacional de
198 informações do SUAS; as ferramentas de livre acesso e conhecimento das informações do SUAS E
199 do Programa Brasil sem Miséria; apoio e elaboração de diagnóstico para a regionalização do Serviço
200 de Proteção Social Especial; medidas socioeducativas, integração das ações de proteção social
201 básicas nos territórios. Este evento contou com a participação do CNAS, também com conselheiros
202 e, com a participação da equipe da Secretaria Executiva e o evento encerrou com uma mesa de
203 debate sobre o esforço de construção de um mapa de indicadores para a política de assistência
204 social, onde foi apresentada uma primeira proposta de caráter conceitual dos futuros indicadores,
205 como o novo IDCRAS, o IDCREAS, o ID Centros Pop, o ID Acolhimento e o ID conselhos. Então esses

206 foram os conteúdos tratados na oitava etapa do encontro nacional. Está em curso, desde segunda
207 feira, as oficinas de capacitação para multiplicadores do prontuário do SUAS. As oficinas de
208 capacitação serão realizadas, aqui em Brasília, com três turmas no período do dia 11 a 29 de
209 agosto de 2014. Então como eu disse segunda feira nós começamos com os estados da Bahia,
210 Sergipe e Rio Grande do Sul, então vai até sexta-feira, dia 15. Do dia 18 a 22, os estados do Ceará,
211 Maranhão, Rio Grande do Norte, Santa Catarina. E do dia 25 ao dia 29, Pernambuco, Piauí,
212 Paraíba e Paraná. Essa oficina de capacitação de multiplicadores para implantação e utilização do
213 prontuário do SUAS, tem como objetivo capacitar e formar os multiplicadores para implantação e
214 utilização do prontuário do SUAS e considera a necessidade de que todos os trabalhadores do SUAS
215 do país, essas informações acerca do prontuário SUAS. Em cada uma das turmas serão capacitados
216 70 técnicos de municípios e estados dos municípios e estados, a capacitação destina-se aos
217 profissionais com o seguinte perfil: coordenadores de CRAS ou CREAS; técnicos de nível superior da
218 equipe de referência do CRAS ou CREAS; profissionais da gestão responsáveis pela coordenação da
219 Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, da Vigilância Socioassistenciais e da Gestão do
220 Trabalho. Todos com formação em Serviço Social ou Psicologia. A outra informação diz respeito da
221 abertura do Censo SUAS 2014, este ano nós vamos realizar em parceria com a Coordenação Geral
222 dos Serviços de Vigilância Socioassistencial e o Departamento de Gestão da informação da SAGI,
223 então SNAS e SAGI. O período de coleta está previsto para primeiro de setembro a 28 de
224 novembro, haverá ainda um período adicional que vai do dia 1.º a 05/12 em que o sistema
225 permanecerá aberto e para verificação e retificação dos dados pelos municípios, estados e pelos
226 Conselhos. Por forma a facilitar o preenchimento e melhorar a qualidade dos dados que serão
227 informados, o Censo SUAS, tal como em anos anteriores prevê a integração do CADSUAS com os
228 blocos: identificação e recursos humanos. E com registro mensal de atendimentos - o RMA com
229 bloco quantitativo de atendimentos. Outra informação diz respeito dos encontros regionais dos
230 trabalhos sociais com famílias na Política Nacional de Assistência Social ciente da sua
231 responsabilidade no processo de consolidação e qualificação do SUAS, assumiu no ano de 2013 a
232 organização do ciclo de debates acerca do trabalho social com famílias. Para tal buscou incentivar
233 o diálogo com diversos atores envolvidos na Política Nacional de Assistência Social com intuito de
234 aprofundar a reflexão deste tema. Compõe o ciclo de debates, cinco eventos e concluindo em
235 novembro com um Encontro Nacional a qual também será trazida experiências internacionais de
236 trabalho com famílias. Então esse evento tem por objetivo propiciar um espaço de reflexão e
237 debates para o alinhamento de ideias e conceitos sobre o trabalho social com famílias, propor
238 caminhos na perspectiva da intervenção técnica, metodológica e ético-política, discutir com
239 famílias no âmbito do SUAS, considerando diversidades regionais e avançar a compreensão do
240 território e da intersetorialidade e da perspectiva de ampliação da capacidade protetiva da Política
241 de Assistência Social. Quem participa desses eventos: são os gestores, técnicos das proteções do
242 SUAS de municípios e estados, especialistas de ensino superior e colaboradores do MDS à
243 representação, também, do articulador regional do CONGEMAS e, na etapa da região centro oeste,
244 aqui em Brasília, nos dias 24 e 25 de julho, nós convidamos o Conselho Nacional de Assistência
245 Social, já realizamos do Sul no dia 4 e 5 de agosto e convidamos o Conselho Estadual de Assistência
246 Social do Paraná. Para a região norte será 21 e 22 de agosto. Sudeste, 4 e 5 de setembro e
247 nordeste – 16 e 17 de setembro. E para esses outros, nós convidaremos os Conselhos Estaduais da
248 cidade onde sedia o evento. Na região norte será Manaus, sudeste – São Paulo, e, nordeste –

249 Fortaleza. Foi realizado também, nos dias 6 e 7 de agosto aqui em Brasília, o encontro intersetorial
250 das ações estratégica do PETI. Esses encontros têm como objetivo orientar a implementação
251 estratégica do PETI no âmbito do SUAS e a relação intersetorial tendo o CADÚNICO como
252 instrumento de identificação do trabalho infantil, de planejamento e monitoramento das ofertas.
253 Quem participa dos eventos: representante dos estados, do Distrito Federal e de suas capitais, da
254 Proteção Social Especial e os representantes de cada ente federado das oito instituições que atuam
255 diretamente com a temática do trabalho infantil, são elas: Fórum Estadual de Prevenção e
256 Erradicação do Trabalho Infantil, Gestores Estadual da Assistência Social, Gestor Estadual da
257 Educação, Gestão Estadual da Saúde, Gestor da Assistência Social das capitais e dos estados,
258 Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e Coordenadores Estaduais e do
259 Distrito Federal do Cadastro Único. Outra informação é sobre a Política Nacional de Enfrentamento
260 à Violência Contra mulheres e o Sistema Único de Assistência Social. A Secretaria Nacional de
261 Assistência Social tem realizado reuniões de trabalho e constitui um grupo interministerial junto
262 com a SPM para tratar dos seguintes pontos: Fluxo e protocolos de atendimentos e ações
263 articuladas e complementares para: as capitais dos estados – a casa da mulher brasileira e a
264 articulação de toda a rede socioassistencial que envolve atenção para atendimento das mulheres,
265 revisão do documento orientador contendo diretrizes para orientação entre a rede de
266 atendimento. Em 131 municípios de 24 estados, há os Centros de Atendimento e os CREAS,
267 também tem o objetivo de que todos os municípios onde tenha o Centro Especializado de
268 Atendimento à Mulher, também tenha um CREAS e, mais do que isso, que as ações sejam
269 integradas do ponto de vista da ação da assistência social com a política voltada, específica, para
270 as mulheres. Também está na agenda deste grupo, atualização de um texto orientador para
271 capacitação da rede socioassistencial local quanto as questões de gêneros e violência contra as
272 mulheres. Também a territorialidade e a possibilidade de regionalização dos serviços para
273 mulheres em situação de violência e uma atenção especial às mulheres do campo e da floresta. A
274 necessidade de que os serviços e equipamentos sejam pensados de forma a também atende-las.
275 Outra informação que trazemos é sobre o CAPACITASUAS, a Resolução n. 22, de 1.º de agosto de
276 2014, altera a Resolução n.º 24, de 27 de setembro de 2013, do Conselho Nacional de Assistência
277 Social referentes aos prazos para recebimento do cofinanciamento federal para execução do
278 programa CAPACITASUAS. Para o recebimento dos recursos do ano de 2014, os estados deverão
279 ter assinado até 28 de novembro de 2014, o Contrato, Convênio ou Termo de Cooperação de
280 instituições habilitadas e credenciadas na rede nacional de capacitação permanente do SUAS,
281 referente a ação do CAPACITASUAS de 2013 e 2014. Os estados e o DF que comprovarem à
282 Coordenação-Geral de Gestão do Trabalho do SUAS do Departamento de Gestão do SUAS, da
283 Secretaria Nacional de Assistência Social. Até a data de 03 de novembro de 2014, a instituição ou a
284 designação da equipe responsável pelo núcleo de educação permanente do SUAS, receberão
285 acréscimo de 10% do cofinanciamento por capacitante. Chegando no final dos informes, o de
286 número 10, trata do marco regulatório das organizações da sociedade civil. Foi publicado na sexta-
287 feira, 1.º de agosto, no Diário Oficial da União, a Lei 13.019, de 2014, que estabelece o regime
288 jurídico das parcerias voluntárias envolvendo ou não transferências de recursos financeiros entre a
289 Administração Pública e as organizações da sociedade civil. A Lei define diretrizes para a política de
290 fomento de colaboração com organizadores da sociedade civil e institui termo de colaboração e o
291 termo de fomento, instrumentos que substituirão o convênio como forma principal de

292 *contratualização entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil. O marco*
293 *regulatório ainda estabelece regras para seleção das entidades e para as etapas de execução e*
294 *monitoramento das parcerias, entre elas, a exigência de chamamento público obrigatório, 3 anos*
295 *de existência e experiência das entidades, além de ficha limpa, tanto para organizações quanto*
296 *para seus dirigentes. A Lei também exige que órgãos públicos planejem previamente a realização e*
297 *acompanhamento de parcerias e prevê sistema de prestação de contas diferenciados por volume*
298 *de recurso. A expectativa é de que isso deva aperfeiçoar o monitoramento e avaliação dos projetos*
299 *fazendo com que perspectiva dos gestores sejam direcionadas ao controle dos resultados*
300 *alcançados. A Lei entrará em vigor após 90 dias da sua publicação. A outra informação tem a ver*
301 *com a expansão dos serviços socioassistenciais do SUAS, então está desde o mês de junho, aberto*
302 *aos municípios a possibilidade de cofinanciamento para os serviços da Proteção Social Básica e da*
303 *Proteção Social Especial. Em relação Ao PAIF, nós iniciamos em junho, para 37 municípios que*
304 *ainda não tem o cofinanciamento federal para instalar o CRAS e conseqüentemente a equipe.*
305 *Como eu já disse aqui em informações anteriores, esse quadro está concentrado no estado de São*
306 *Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Então, esse aceite está disponível para os municípios*
307 *até o dia 31 de agosto, e nós tivemos até agora, 12 aceites realizados, então, o que configura que*
308 *nós ainda temos 25 municípios que ainda precisam, que ainda não têm o cofinanciamento federal.*
309 *Está disponibilizada também a oferta de equipes volantes, que são as equipes técnicas*
310 *complementares as equipes do CRAS para ofertar o serviço PAIFI. Nós tivemos até agora, foram*
311 *disponibilizadas 218 equipes. Temos até agora a manifestação de 78 municípios que manifestaram*
312 *aceitando o cofinanciamento e 48 que manifestaram recusando. Em relação ao ACESSUAS-*
313 *TRABALHO, temos a oferta também para 1614 municípios e, temos até o momento 1369*
314 *municípios que deram o ok; 47 que se manifestaram recusando e 198 ainda não se manifestaram.*
315 *Então ao final do mês de agosto, a gente tem o balanço mais preciso, em temos dos números. É*
316 *importante dizer que as nossas equipes estão diariamente em contato com os municípios*
317 *oferecendo orientações no sentido de superar qualquer dificuldade ou dúvida de que eles tenham*
318 *em relação a essa oferta. Em relação a Proteção Social Especial, ah, tivemos também, este já*
319 *fechou, a adesão de 05 lanchas da assistência social porque no processo da 123, nós tivemos*
320 *alguns municípios que desistiram e aí o processo foi reabrir, então esse já está ok e os 05*
321 *municípios manifestaram e nós estamos encaminhando a lancha para os municípios. Em relação a*
322 *Proteção Social Especial, também encontra-se em aberto até 31 de agosto a expansão para os*
323 *municípios do CREAS que é a oferta do PAEFI, das medidas socioeducativas e o atendimento para*
324 *adulto migrantes. E da mesma forma, está, também a Proteção Especial para os estados, o CRAS, o*
325 *CREAS, o Atendimento Criança e Adolescente, e o Acolhimento Adulto Migrantes, também com a*
326 *parceria aí para os estados. Então essas são as informações. Abriria, então para Simone, José,*
327 *enfim para os outros companheiros aqui que tiverem alguma, ou uma informação a corrigir ou*
328 *uma informação a acrescentar. Obrigada.” O Presidente indicou alteração da pauta, deixando os*
329 **Informes do CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros e passando para o Item Balanço do Plano**
330 **Plurianual - PPA 2012/2015 - Pauta – Assessoria de Publicação - Conselho Nacional de**
331 **Assistência Social (CNAS) - 2/2**, pelo Sr. Adailton, discorreu sobre a avaliação do PPA 2012/2013,
332 falando sobre seu histórico e como esse Plano organizava a a gestão do governo no médio prazo,
333 relatando como se dava esse procedimento, conforme o material em tela. Falou sobre as ações
334 contempladas, as metas alcançadas e os objetivos correspondentes, discorrendo sobre os mesmos

335 e indicando os percentuais alcançadas em cada meta. O Presidente abriu para inscrições, com o
336 Conselheiro Thiago solicitou esclarecimentos sobre a é conta 2037, fortalecimento do SUAS,
337 indicando o percentual de 41%, só dos registrados, indagando quem era esses cadastrados e o
338 porquê de não conseguir o benefício. A Conselheira Simone discorreu sobre a importância do PPA,
339 observando como o planejamento casado com o orçamento podia trazer concretamente
340 efetividade, mudança no sistema de proteção social brasileiro. Que esse seria o último PPA das
341 metas deliberadas no Plano Decenal, cujas diretrizes haviam sido apontadas na Conferência
342 Nacional, tendo que se debruçar sobre seu resultado e pensar no Plano do próximo ano. Quanto à
343 fala do Conselheiro Thiago, esclareceu ser uma questão posta nos pactos com os municípios,
344 cadastrando os beneficiários do BPC no Cadastro Único, mas que as informações para receber o
345 benefício eram feitas no INSS, não sendo informações cadastrais, discorrendo sobre a importância
346 desse cadastramento para o SUAS. Informou que conforme o Relato da Presidência Ampliada, o
347 MDS faria um Seminário sobre Cadastro Único e Benefício de Prestação Continuada, para acertar
348 melhor as ações e melhorar esse objetivo. A Conselheira Margarida solicitou esclarecimento sobre
349 as fontes de onde havia tirado os resultados dos dados que envolviam as metas da Assistência
350 Social e de outros Ministérios. O Sr. Adailton esclareceu que apenas consolidava as informações,
351 com argumentos e entendimentos sendo com as áreas que executavam a Política. Com relação às
352 fonte dos dados informou que eram basicamente do Censo SUAS, tendo internamente o Sistema
353 de Registro de Atendimento e o Sistema de Informações aos Serviços de Convivência – SISC. Que
354 estavam sendo coletado os registros do Cadastro da Entidade – SICNAS e de outros Ministérios
355 sobre a fiscalização do trabalho infantil. Sobre os benefícios da Assistência Social, o BPC, RMV,
356 eram sistemas do INSS, da DATAPREV/INSS, mas tendo dados da PNAD, mas podendo levantar
357 alguma questão destacada. O Presidente agradeceu ao Sr. Adailton pela apresentação, registrando
358 convite para participar do Pleno em outra oportunidade. O Sr. Adailton complementou, indicando
359 os dados do cofinanciamento e que iam para os Sistemas que faziam a transferência dos
360 pagamentos., colocando-se à disposição quando fosse necessário. **Item Informes da CIT**, pelo
361 Conselheiro Anderson: *“Bom dia Presidente, Secretaria Executiva, Conselheiros, Conselheiras,
362 visitantes. Presidente eu quero ressaltar aqui o relato da CIT, como é a primeira participação, da
363 importância de representar este Conselho lá na CIT, foi muito importante a presença e, primeiro eu
364 quero agradecer a Secretaria Executiva, a Thais e a Dorinha, por me encaminhar os relatos do
365 CNAS, eu fiz um breve relato das Resoluções, de tudo o que o CNAS aprovou e, aí, informando já a
366 pauta deste mês, o que a gente iria discutir. Segundo, não houve pactuação neste mês de agosto
367 na CIT, não houve a pactuação entre município, porque não teve, não é, nem Resolução, mais
368 houve apresentação da MUNIC e do ESTADIC, houve apresentação da nossa querida conselheira
369 Simone e do Benefícios Eventuais, a Zezé, que apresentaram um bom trabalho aqui. E, houve
370 também Presidente, eu queria ressaltar, a discussão também foi em torno da pauta e, essa
371 discussão é importante para nós conselheiros, a democracia participativa exige isso, então os
372 Secretários Municipais e Estaduais exigindo que a pauta, mudança, a mudança fosse
373 encaminhada, mais isso é legal porque como é a minha primeira participação, eu fiquei um pouco
374 assustado, mais foi de grande relevância ver como é que estado, município e Governo Federal, se
375 discute numa mesa de negociação, se discute. Acho que é importante, nós da sociedade civil,
376 acompanhar, estar ali. Eu peço a conselheira Simone, Diretora Simone que estava também na CIT
377 e, se ela puder colaborar um pouco comigo, porque ainda não recebi o memorando do MDS, da*

378 CIT, eles estão fazendo lá e, assim que eles me encaminhar, eu encaminhar aos conselheiros e a
379 presidência.” A Conselheira Simone relatou: “Bem, primeiro quero dizer que é uma honra ter a
380 Comissão Intergestores Tripartite uma participação do Conselho Nacional lá e, principalmente ter
381 uma representação tão legítima e qualificada quanto o conselheiro Anderson. Eu de fato vou só
382 colaborar aqui, Presidente, a pedido dele, porque nós recebemos na Comissão Intergestores
383 Tripartite uma carta do Conselho Nacional de Assistência Social com a seguinte questão, vou ler,
384 então Presidente, o senhor tenha um pouco de paciência. “Na Reunião Ordinária do Conselho
385 Nacional de abril de 2014, após debate no âmbito da Comissão de Acompanhamento de Benefícios
386 e Transferência de Renda, sobre os Benefícios Eventuais e a finalização do caderno de orientações
387 aos Conselhos de Assistência Social, sobre o Controle Social dos Benefícios de Prestação
388 Continuada, Programa Bolsa Família, e Benefícios Eventuais, foi aprovada a agenda de discussão,
389 Benefícios Eventuais do SUAS, considerando os desafios a serem enfrentados para o seu
390 reordenamento no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios. Dentre as prioridades
391 apontadas nessa agenda, para efetivação dos Benefícios Eventuais, está a recomendação, por isso
392 nós estamos discutindo aqui, de que seja pactuado no âmbito da CIT e aprovada no Conselho
393 Nacional, metas de gestão municipal e do DF, para o processo gradual de regulamentação dos
394 Benefícios Eventuais, e que o Conselho Nacional, juntamente com a SNAS, de continuidade ao
395 processo de articulação, entre a política de assistência social e a política de saúde, dentre outras,
396 conforme artigos 5º, 6º e 7º da resolução do CNAS, número 39 de 2010. Atenciosamente, Luziele
397 Maria de Souza Tapajós. Presidente do CNAS.” Então, nós recebemos esta carta, essa carta como
398 tem a ver com uma sugestão do Conselho Nacional para que a gente incluísse metas no pacto com
399 os municípios da regulamentação dos Benefícios Eventuais, nós então, fizemos um debate com o
400 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, o CONGEMAS, e concluímos
401 então que essa neta ela está inclusa na meta que diz que todos os municípios devem mudar a
402 legislação municipal para legislação do SUAS, e, na legislação do SUAS, então deve estar contida a
403 regulamentação dos Benefícios Eventuais. Então nós discutimos na CIT, depois de uma reunião
404 com o CONGEMAS levamos para a CIT e a CIT também achou mais adequado que a gente incluísse
405 nas orientações que estamos fazendo pra que os município, DF e governos estaduais adequem sua
406 legislação ao SUAS e também a adequação da legislação aos Benefícios Eventuais. Colocado isso,
407 Presidente, então nós também discutimos qual que é a estrutura da orientação que vamos fazer
408 para orientar os municípios sobre a regulamentação do SUAS. Primeiro estamos orientando os
409 municípios que façam um diagnóstico sobre a legislação existente no município, legislação pré
410 SUAS. Legislações que não só foram feitas antes do SUAS, mas que são legislações que elas
411 traduzem uma assistência social no modelo ainda assistencialista, paternalista. Então, nós
412 estamos recomendado que os municípios façam o levantamento da legislação do SUAS como por
413 exemplo, muitos municípios repassam para as entidades, o recurso chamado subvenção social. O
414 recurso chamado subvenção social é um tipo de financiamento que tem ajuda como se a Prefeitura
415 desse uma ajuda, uma colaboração às entidades. As entidades, esse tipo de legislação, ele é
416 contrário ao debate, à legislação, a Lei do SUAS, a Lei Orgânica da Assistência Social que diz que as
417 ofertas das entidades devem ser continuadas, planejadas, e que o financiamento deve ser de
418 acordo com a sua capacidade instalada e não uma ajuda para seu funcionamento, a outra
419 observação que vai ter nas nossas orientações, é com relação aos municípios que tem entidades,
420 que são formadas por primeiras damas, não contrário a essa entidade, mas muitas legislações,

421 *essas entidades, ela tem mais financiamento do que as Secretarias Municipais de Assistência*
422 *Social, então estamos também chamando atenção sobre o comando único, previsto na legislação,*
423 *a outra questão, com relação aos benefícios eventuais, além da gente propor uma regulamentação*
424 *na própria legislação municipal, na lei do SUAS, nós também estamos pedindo, aos gestores*
425 *municipais e aos conselhos municipais, do DF estaduais, que prestem atenção na legislação, que*
426 *coloca exclusividade de funerário, para enterro de indigentes, muitos municípios brasileiros, tem*
427 *principalmente nos hospitais filantrópico-religiosos, que também ofertam serviço funeral, ao*
428 *monopólio do serviço no município, e isso então se transforma no benefício do auxílio mortalidade*
429 *do município, o problema é que muitas vezes, esse serviço funeral, ele trata o usuário como*
430 *indigente, e portanto oferece para ele serviços, sem a menor qualidade e dignidade, e a outra*
431 *observação também, feita pela CIT, na legislação municipal, é com relação aos Conselhos de*
432 *Assistência Social, que ainda presente, mantém em sua competência o caráter cartorial, tem*
433 *muitos conselhos no Brasil, conselhos municipais, do DF estaduais, que aprova projetos de*
434 *entidades, ao invés de definir critérios de partilha para as mesmas, além de definir isenções para*
435 *entidades, é muito importante que a legislação dos municípios, fique claro, que os Conselhos de*
436 *Assistência não podem, se deter a outra pauta para além dos artigos 203 e 204, da Constituição*
437 *Federal, é claro que todo esse debate presidente, ele irá ainda para o Conselho Nacional, eu aqui*
438 *estou fazendo um resumo do debate que estamos fazendo na CIT, das recomendações que*
439 *faremos, e já temos também, os principais passos para regulamentação do SUAS dos municípios,*
440 *com as principais questões que devem conter essa legislação, muito obrigado Presidente”. O*
441 *Presidente indicou não haver Informes do FONSEAS, passando ao **Item informes do CONGEMAS,***
442 *pela Conselheira Maria Lúcia: “Bom dia Presidente Edivaldo, bom dia aos companheiros, e*
443 *companheiros e companheiras conselheiros, cumprimentar aqui quem está nesse pleno, Silvana do*
444 *Conselho Estadual de Pernambuco, nossa companheira lá, o Carlos, que a gente também ficou*
445 *conhecendo ontem, Conselheiro de São Paulo, e também temos a ex - Conselheira, companheira*
446 *nossa, Valéria, também que veio participar dos debates da gente, chamando a atenção desses*
447 *conselheiros municipais e estaduais, que estão vindo sempre as reuniões do Conselho Nacional,*
448 *parabeniza-los, e creio que a gente pode estar sempre divulgando isso, a nível do nosso país, para*
449 *que mais conselhos possam vir, já que a gente está trabalhando tanto lá na nossa comissão, a*
450 *participação, ampliar a participação, e os municípios tem também como realmente, e estados,*
451 *como mandar o pessoal mensalmente para nos acompanhar aqui, o CONGEMAS realizou dia 05 e*
452 *06, tivemos reunião aqui em Brasília, ficamos lá no centro de convenções, tivemos o apoio do*
453 *Ministério, para realização desse evento com todos presidentes e vice-presidentes dos colegiados*
454 *de estados, mas a parte de Secretaria Técnica do nosso colegiado, o primeiro dia a gente quer*
455 *destacar aqui na abertura, quem foi representar o nosso Presidente foi a nossa Vice-presidente*
456 *Luziele, que o fez com muita qualidade, competência que tem do conhecimento da política de*
457 *assistência, mas realmente, na sua abertura, enfatizou que o presidente, tinha designado a sua*
458 *estada ali para representa-lo, estaria representando então o presidente, e aí tivemos a mesa, que*
459 *foi muito boa, com a Secretária Denise Collin, e também tivemos a presença da Simone, do Jaime,*
460 *que tiveram lá para nos apoiar, cuja a temática era perspectivas do SUAS 2014-2016, onde*
461 *também tivemos a oportunidade de estar debatendo o pacto de aprimoramento, e por isso quando*
462 *a gente veio ontem para a Comissão, aqui, de Política, que estava fazendo esse debate, a gente*
463 *tem perfeita segurança de como estava ali a ação e como colocamos aqui para a comissão, lá*

464 tinha representante do FONSEAS sim, e todos os municípios disseram da dificuldade que é a
465 lentidão do estado, e o entendimento do que o que a gente está querendo é que a gente caminhe
466 junto e que cumpra o pacto federativo, não é nada intencional dirigido para nenhum dos entes,
467 como nenhum tem com o município, nem com a união, isso ficou muito claro lá, foi um debate
468 muito rico, também tivemos a oportunidade de ouvir pela manhã, do primeiro dia, a professora
469 Aldaíza Sposati, que fez um levantamento ano passado, no CONGEMAS, e entregou esse ano em
470 abril a presidência executiva, e foi muito importante, ela está destacando como funciona os
471 municípios, e ainda tem muitos pontos a amadurecer, como o Censo SUAS, que a gente está tendo
472 dados, mas a gente quer o aprofundamento daquilo ali, então ela mostra isso com muita
473 propriedade, de que quem mais financia a política de assistência, são os municípios, seguido da
474 união e o estado bem distante, está lá bem distante desse dois entes, mas que também existe um
475 debate em cima do PPA, que muito que está lá na política de assistência nos municípios, não está
476 diretamente ligado ao gabinete da gestão municipal da assistência, e sim a outros
477 encaminhamentos que se fazem no item 8 isso, então no segundo dia, nós ficamos com trabalhos
478 em grupo, onde fizemos o planejamento estratégico desse dois anos do colegiado, do CONGEMAS,
479 que vai ser socializado, vai ser mandado aqui para o conselho nacional e onde falamos com o
480 nosso Presidente, José Rodrigues, que pediu apoio ao conselho nacional, para nosso
481 funcionamento, nossos encaminhamentos, que somente através disso a política vai de fato
482 acontecer, não que a gente se aproprie de parte mais importante ou menos importante, mas a
483 política acontece nos municípios, é isso que os estados precisam compreender, que a união já
484 compreende, já passa isso muito bem para a gente, porque os dados são coletados, e revela o
485 nosso país, ou o nosso estado, mas ela acontece nos municípios, então nós elaboramos esse
486 planejamento que estamos dando as acabativas, e também começamos um debate muito
487 interessante sobre o tema que vamos trabalhar nos encontros regionais, culminando com o
488 encontro nacional do CONGEMAS, que vem sendo um espaço também de capacitação e de troca
489 entre os entes federados, então essa previsão, a gente pensou que fechava no dia 6, do tema, mas
490 a gente não conseguiu, a gente ainda está recebendo contribuição dos estados, dos municípios, e
491 com isso a gente pretende fechar em tempo hábil e trazer aqui para o nosso conselho, para a
492 gente ver a participação também, nesse encontros do CONGEMAS, então agradecer esse espaço
493 que sempre temos aqui, dizer que estamos sintonizados com esse encaminhamentos de pacto de
494 aprimoramento, que está sendo nossa agenda nessa reunião desse mês, aliás, desde a outra
495 também, nessa capacitação para todos nós, por que não é somente para os novos, um
496 nivelamento, mas a gente também sempre se surpreende com algumas coisas que ainda não estão
497 processadas pro nosso conhecimento, então é muito rico aí, o Anderson falou da questão da CIT, a
498 gente quer dizer que realmente é um espaço muito democrático, assim como as CIBs, todo mundo
499 sabe, que é Comissão Intergestores Bipartite, que acontece nos estados, que tem assento governo
500 do estado/municípios, e a CIT, os três entes federados, então é muito rico, e é realmente uma
501 pactuação, tem que ter consenso, não é voto, é diferente de nós aqui, que apesar da gente
502 trabalhar, isso a gente verifica esse ano, tentando sempre também um consenso, mas pode ser
503 levado para o voto, e lá não, lá enquanto no (2:22:57) chegar, a uma discussão mais aproximada
504 do global, ela não se extingue, e aí Simone traz uma pauta, é muito densa, muito boa, muito atual,
505 que nós também já estamos registrando para discutir nos municípios, e que esse conselho precisa
506 estar muito atento, porque tudo que ela falou ali possivelmente vem para cá, então para a gente

507 dando uma lida realmente como processa e tudo mais, que são agenda do dia-a-dia da gente
508 também no município, também aproveitar o momento para destacar a fala da Conselheira Léia do
509 MDS, que é bom que a gente tenha ela, porque foi muito boa, e revela realmente os
510 encaminhamentos que estão acontecendo, a gente tem até dificuldade de agenda, participação,
511 eu acho que isso é geral, para a gente ter perna igual a união é meio complicado, estados e
512 municípios sofrem muito, com isso tem horas que dá vontade da gente gritar, espera, mas a gente
513 já entendeu que eles vão esperar sim, lá na frente, mas que tem que ir puxando o debate, porque
514 ele é muito mais lento, a gente está vendo o pacto de aprimoramento, é de outubro de 2013, então
515 este ano é um ano além das dificuldades normais, uma no crítico, então muitos estados ainda não
516 levaram essa agenda para debate, nem nos conselhos estaduais, nem conosco municípios, então é
517 preciso que a gente tenha esse tempo para processar, parabenizar o senhor presidente pela a
518 forma que está conduzindo, achei muito positiva, essa forma de está trazendo pessoas que nos
519 capacite, que nos oriente, nos de uma pisada mais segura, mas precisa entre nós conselheiros, e
520 colocar o CONGEMAS sempre à disposição dessa política.” O Presidente se desculpou por não ter
521 podido participar do evento do CONGEMAS. **Item Informes dos Conselheiros.** O Conselheiro
522 Anderson relatou: “Mais uma vez Presidente, quero saudar, eu pedi para a primeira idade por que
523 assim, como eu pedi ontem na Presidência Ampliada, é um informe que não pode levar três
524 minutinhos, mais que é de alta relevância. Esse ano faz dez anos do massacre da Sé, dia 19 de
525 agosto, não é. O massacre da Sé começou do dia 18 para o dia 19, e foi até 22 de agosto, mais não
526 lembrar do massacre da Sé conselheiros, conselheiras, Presidente e todo mundo, eu queria lembrar
527 vários massacres, por exemplo, o massacre da Candelária. Várias crianças no Rio de Janeiro foram
528 mortas na Igreja da Candelária. A morte do índio Galdino, aqui em Brasília, que para nós do
529 movimento nacional, por mais que muitos não acreditem, mais é um mártir por que é um índio,
530 mais pensar que era um morador de rua e botaram fogo, e, mataram ele, ali na rodoviária. Ele veio
531 lutar pelos indígenas, pela demarcação de terras, não é, o direito indígena, 500 anos de indígenas
532 no Brasil. Foi muito bárbaro isso. Queremos lembrar o massacre de Maceió/Alagoas, mais de 33
533 moradores em situação de rua mortos, a maioria jovem e, o último massacre de Goiânia/Goiás,
534 Agora, mais de 40, não sei, Samuel depois pode me ajudar, 30 ou mais moradores de rua aqui em
535 Goiânia/Goiás mortos e tem outras mortes que acontecem neste país, conselheiros, conselheiras e
536 Presidente, se trata essa população com fogo. Tem cidades higienização e, esse Conselho, não se
537 pode aceitar isso. O movimento, a Secretaria Nacional, o Movimento Nacional da População de
538 Rua, está pedindo que o dia 19 de agosto seja um dia de luta nacional da população da população
539 de rua, não só pelos massacres mais de conquistas, conquista nacional do Centro de Defesa
540 Nacional da População de Rua, conquista dos Centros POP, não é, os Centros POP que é uma luta,
541 uma demanda da inclusão, a inclusão por mais que é mínima, mais a inclusão no Cadastro Único
542 dessa população nacionalmente, a gente que muito mais, mas a gente já começa a ver que os
543 invisíveis tem que se tornar visíveis e para nós o dia 19 de agosto é um dia muito forte. Muito triste
544 mais muito importante. Queira ressaltar que do dia 18 para o dia 19, São Paulo para, faz um ato,
545 um acampamento na avenida paulista para mostra para os paulistanos e paulistas que essa
546 população tem que se incluir, nós vamos estar com mais de 100 barracas acampados no MASP.
547 Belo Horizonte, Minas Gerais faz um dia 19 de cultura, de atendimento de juristas, de atendimento
548 junto com centros de defesa, com pastorais, com entidades, com apoio lá em Belo Horizonte, com
549 shows para a população de rua, com falas. Curitiba, do dia 18 para o dia 19, para também, com

550 ato. Bahia, para, não é, em Feira de Santana, vai fazer atividades. Brasília, no dia 19. Espírito
551 Santo, Santa Catarina, Porto Alegre, agora acabei de receber um telefonema, Natal também vai
552 fazer um ato no dia 19 de agosto. Então nós estamos nos mobilizando Estados, Cidades. E, só para
553 lembrar Presidente, Paraná acaba de decretar, o Estado do Paraná acaba de decretar dia 19, um
554 projeto de lei na Câmara dos Deputados Estaduais, lá, como dia de luta nacional do povo da rua.
555 Isso é o exemplo, então Brasil tem que fazer isso também, Eu peço ao CNAS, nós estamos fazendo
556 um PL também, para que dia 19, seja um dia de luta nacional para a população de rua. A gente
557 quer pedir o apoio dos conselheiros da sociedade civil e o apoio dos conselheiros governamental,
558 porque isso não pode ficar um dia de luta escondido. É um dia de luta. É um dia vermelho por que
559 sangue ainda jorra neste país, sangue ainda é exterminado. Essa população, então eu quero pedir
560 esse Conselho, eu ia passar um vídeo, eu ia ler uma carta, mas eu acho que não dá neste momento
561 por que a gente tem outros informes, mais em outro momento a gente tem vídeo, cartas, o
562 movimento está preparando várias., programas documentos. Nós vamos contar em Belo
563 Horizonte com o Coordenador Nacional da Política, pela Secretaria de Direitos Humanos, o Carlos,
564 que vai a Belo Horizonte por que o Centro Nacional de Defesa está lá, então o Carlos vai para Belo
565 Horizonte, representado todos os Estados. Então eu quero dizer que para nós é fundamental
566 lembrar este dia e que não seja um dia de tristeza, só, mas um dia de luta. O nosso problema, o
567 nosso gargalo não está no federativo, o nosso gargalo está nos municípios e estado, e aqui eu
568 quero deixar um pedido ao CONGEMAS e ao FONSEAS, porque muitas vezes é o município e o
569 estado que não adere a Política, porque o Governo Federal criou uma Política Nacional para
570 população em situação de rua. Nós temos um Decreto Presidencial om nove Ministérios compond
571 este Decreto e, quando a gente chega no município parece que a gente está rodando o pinico e
572 pedindo favor. Quando a gente chega no Estado, parece que a gente está rodando o pinico e
573 pedindo o favor para que crie a Política Nacional e a Política Estaduais e municipais. Então eu peço,
574 é um pedido do Movimento que o CONGEMAS e o FONSEAS, que levem a todos os municípios deste
575 país. Faça um aceite da Política Nacional, não é só o aceite da Assistência. É um aceite na saúde,
576 na educação, no esporte. População de Rua é responsabilidade minha e sua. Muito obrigado,
577 Presidente e ao Conselho, por nos ouvir”. (aplausos). Conselheira Margareth: “Boa tarde
578 conselheiros e convidados. É, num informe rápido, não é nem um informe é apenas uma
579 constatação para ficar registrado para que não aconteça mais. NO dia 11 de agosto houve a
580 Comissão de Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda, portanto eu conselheira
581 faço parte dessa Comissão e não fui convocada para essa reunião. Então gostaria de saber o
582 motivo e que não aconteça mais isso, que é muito chato, eu tomar conhecimento só aqui no pleno
583 que aconteceu a reunião. E outro informe, agora é um informe mesmo que eu queira dar, é com
584 muita satisfação que eu vou dar este informe porque este texto está sendo distribuído e para o
585 conselheiro Edivaldo e para o conselheiro Alceu, colocaram na internet para vocês. É um texto que
586 foi aprovado agora recentemente na plenária da CUT, em São Paulo e no Rio de Janeiro e sendo
587 aprovado em dois estados foi para nacional, agora, em Guarulhos, no evento que eu falei para
588 vocês que estava indo, inclusive com a presença da Presidente Dilma. Então foi aprovado por
589 unanimidade este texto e faz parte hoje da estratégia da Central Única dos Trabalhadores. E aí eu
590 peço permissão para um leitura rápida, para ficar aqui na memória. “Assistência Social avança
591 como Política Pública de inclusão. Obtivemos muitos avanços mais temos ainda muitos desafios
592 para o total rompimento de estigmas culturais que persistem no campo da Política de Assistência

593 *Social. Política de Assistência Social que historicamente vem sendo tratada como filantropia,*
594 *caridade e benevolência, consegue romper seu paradigma e avançar enquanto Política Pública no*
595 *tripé da Seguridade Social. Hoje comemoramos 20 anos de LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social*
596 *e 8 anos de SUAS – Sistema Único da Assistência social. Com vitória do partido dos trabalhadores*
597 *em 2002, o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, trouxe para agenda dessa política um*
598 *novo olhar sobre a Política de Assistência Social que passou a ser o carro chefe do governo*
599 *democrático e popular. Com o objetivo de acabar com a pobreza no Brasil, o Governo implantou o*
600 *programa Fome Zero e posteriormente o Programa Bolsa Família que resgatou mais de 60 milhões*
601 *de pessoas na linha da pobreza e garantiu mais qualidade de vida aos brasileiros e brasileiras.*
602 *Programas que a partir de uma articulação entre os Municípios e as três esferas de governo:*
603 *federal, estaduais e municipais, trataram a garantia dos direitos sociais mínimos para os cidadãos*
604 *e cidadãs: saúde; moradia; educação; etc., como forma de romper com os círculos da pobreza no*
605 *Brasil e transformando a Assistência Social como uma política de estado. O sistema único da*
606 *Assistência Social avançou com a publicação da NOB/2005 que custou as bases para implantação*
607 *definida do SUAS, como regulador no Brasil da hierarquia. Vínculos e responsabilidade sobre*
608 *sistema de serviços de todos os programas de benefícios e etc., implantados pelo Governo Federal,*
609 *nos estado e municípios. Nesse sentido, o SUAS está sendo muito importante para a gestão pública*
610 *nacional no que se refere a distribuição de recursos públicos para pessoa jurídica de direito público*
611 *para executar as ações sociais. Obtivemos muitos avanços mais também temos ainda muitos*
612 *desafios para o total rompimento de estigmas culturais que persistem no campo de Política de*
613 *Assistência Social. Hoje, temos a maior Política Pública de Assistência Social que rompe com*
614 *favoritismo e transcende para uma política de estado e de garantia de direitos, gratuita e quem*
615 *dela necessitar. Assim, nos coloca na extrema responsabilidade enquanto dirigente do campo*
616 *cutista. Assistência Social, Política Pública não contributiva é dever do estado e direito de todo*
617 *cidadão que dela necessitar. É dos principais pilares da assistência social no Brasil, estão na*
618 *Constituição Federal de 88, que dá diretrizes para gestão das políticas públicas e a Lei Orgânica da*
619 *Assistência Social – LOAS de 93. Estabelece objetivos, princípios e diretrizes das ações. A LOAS*
620 *determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo,*
621 *composto pelo Poder Público e pela Sociedade Civil. A quarta Conferência Nacional de Assistência*
622 *Social, deliberou então a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Cumprindo*
623 *essa deliberação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, implantou o SUA S*
624 *que passou a articular menos esforços para a de recursos para execução dos programas, projetos e*
625 *benefícios. O SUAS organiza a oferta de serviços, a oferta da Assistência Social em todo o Brasil,*
626 *promovendo a promoção social a famílias, crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência,*
627 *enfim a todos que dela necessitarem. As ações são baseadas nas orientações sobre de uma nova*
628 *Política Nacional de Assistência as Social – que é o PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de*
629 *Assistência Social, desde 2004. As ações socioassistenciais segue previsto na NOB-SUAS que*
630 *disciplina a descentralização administrativa dos sistema em relação as três esferas de governo e a*
631 *forma de distribuição dos recursos públicos entre outras determinações. A NOB reforça o papel dos*
632 *fundos de assistência social como os principais instâncias para o financiamento da Política Pública*
633 *Federal. A gestão da assistência social brasileira é acompanhada tanto pelo poder público quanto*
634 *pela sociedade civil, igualmente representado os Conselhos Nacionais do DF. Estados e Municípios*
635 *da Assistência Social. Esse controle social consolida o modelo de gestão transparente em relação*

636 as estratégias de execução da política. A transparência universalização dos acessos aos
637 programas, projetos e benefícios socioassistenciais, promovidas por este modelo de gestão
638 descentralizada e participativa, vem consolidar o papel do estado brasileiro no enfrentamento da
639 pobreza e da desigualdade com a participação da sociedade civil organizada através de
640 movimentos sociais e entidades de assistência social”, MDS. A Assistência Social não deve ser
641 confundida com uma política exclusiva dos profissionais de serviços social e psicologia, pois
642 envolve outras categorias profissionais já delineadas nas Resoluções do Conselho Nacional de
643 Assistência Social, seja do nível superior, médio e fundamental. Esses últimos com pouca
644 representação sindical. Dessa forma, somos chamados para a responsabilidade e compromisso de
645 assumir os espaços de controle social nos três níveis, Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais
646 de Assistência Sociais representando o segmento dos trabalhadores, o gestores da Política de
647 Assistência Social eleitos por nosso campo progressista precisa garantir a profissionalização da
648 pasta, dialogar com os atores que historicamente defenderam a assistência social seja consolidada
649 como política pública com primazia do estado e na garantia de direito com ênfase na condições
650 éticas técnicas de trabalho. Precisamos ter um entendimento de que a consolidação do SUAS parte
651 da premissa em valorizar os trabalhadores. A valorização dos trabalhadores significa a
652 implementação de concursos públicos com salário digno. Respeito a NOB SUAS e a NOB RHSUAS,
653 além da garantia de orçamento para efetivação da política. Quanto a presença das primeiras
654 damas na condição da pasta da assistência social, esta deve ser uma prática repudia pelos cutistas,
655 visto que a Resolução 17, do CNAS, define quem são os profissionais da assistência social e por eles
656 a parte deve ser operada. Do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, a constituição do Fórum
657 Nacional do SUAS foi deflagrada na sétima Conferência Nacional de Assistência Social, motivadas
658 por dificuldade desses trabalhadores e trabalhadoras em pautar essas demandas. A FENAS e a
659 FENAPS apresentaram na Conferência as expectativas dos trabalhadores e apontaram propostas
660 concretas para o início do processo e discussão do enfrentamento da precarização das condições e
661 relações de trabalho na política da assistência social, provocando ampla discussão da qual resultou
662 pautar o assunto como tema na próxima Conferência Nacional. Desse processo instaurado,
663 resultou a criação do Fórum e a definição dos articuladores para os FEDs. Cabe aos nossos
664 sindicatos do ramo da seguridade social e outros ramos se envolverem no processo de organização
665 e fortalecimento dos trabalhadores do SUAS. O Fórum nacional se organiza pelas entidade e com
666 os FEDs já implementados nos estados. Nosso plano de luta diz respeito aos vários desafios que
667 ainda enfrentamos neste política, apesar dos avanços que conquistamos. Chamamos aos
668 sindicatos cutistas que contribuam neste processo em defesa dos trabalhadores, do usuários da
669 política e da responsabilidade do estado brasileiro, garantindo inclusão social como cidadania.
670 Nosso lema: Valorizar os trabalhadores para consolidar o SUAS. A Política de Assistência Social
671 está em disputa de projeto na sociedade brasileira. Nossa tarefa é disputar a hegemonia. Somos
672 fortes, somos CUT”. Muito obrigada.” O Presidente registrou a convocação, tendo um e-mail
673 apresentado pela Secretaria-Executiva que a convocação havia sido encaminhada no dia 25 de
674 julho, ademais de um contato por telefone. A Conselheira Simone parabenizou os Conselheiros
675 Anderson e Samuel, dizendo da importância de dar visibilidade para a População de Rua,
676 ponderando que os deficientes e os idosos também viviam uma invisibilidade, falando sobre a
677 questão. Sugeriu que fizessem uma matéria sobre o movimento e colocasse no Boletim do CNAS,
678 no CFESS, no CFP, no CONGEMAS e nas entidades presentes, divulgando a luta do Movimento.

679 Cumprimentar a Conselheira Margareth, destacando a pauta dos trabalhadores brasileiros pelas
680 Centrais Sindicais, falando sobre essa situação. Que era importante que retomassem o debate da
681 solidariedade de classe, ideário da década de 80. Conselheira Margarida: *“Reconheço, aqui,
682 também essa importância de colocar não só no boletim eletrônico mais no sitio do CNAS, e a
683 gente, no blog, e a gente lutar também. E uma manifestação também dos trabalhadores e os
684 avanços que a assistência social teve nesse período. Reconhecer esse ato da CUT. E o que eu queria
685 só informar para vocês é que a gente está aberto ainda o período de inscrição on-line para os
686 cursos técnicos subsequentes, como a gente, todo mundo tem uma rede que depois pode passar
687 para o CNAS, está uma planilha com uma oferta de quase 70 mil vagas para qualquer profissional
688 que tenha o nível médio já concluído, não que está cursando. É só entrar no site do SISUTEC e se
689 inscrever para cursos técnicos. São mais de 70 mil vagas, acho que isso é bem interessante, e isso
690 acho que via até o dia 20 de agosto. Eu posso passar o e-mail com essa planilha, está bem
691 detalhado por estado e município. São cursos de diferentes qualidades. Eu acho que é bem
692 importante cada um divulgar isso na sua rede”*. O Presidente registrou a proposta da Conselheira
693 Margarida de dar publicidade ao documento inscrito pela Conselheira Margareth por ocasião do
694 evento da CUT. Conselheiro Samuel: *“Bom dia senhor Presidente, bom dia aos demais
695 conselheiros, convidados. Só para informar que agora no dia 11, agora, foi sancionado o Estatuto
696 Geral dos Guardas Municipais e essa nova Lei dá a essa categoria profissional o poder de polícia e,
697 enfim, porte de arma. E eu queria lembrar que estes profissionais tem feito, em muitos lugares, a
698 segurança institucional de Centros POP, de Acolhimento, e, eu fico pensando se eu tenho um
699 alguém da segurança pública na porta de um equipamento de acolhimento de convivência de
700 assistência o quão complicado é. Já é difícil para a turma acessar por vários motivos. Talvez a
701 gente pudesse pensar em um forma de provocar uma discussão aqui, ainda que não seja hoje,
702 mais de provocar uma discussão aqui de ver como é que fica essa relação agora, principalmente
703 nos Centros POP, nos serviços de acolhimento institucional que eu acho que se isso é necessário
704 está regulamentada esse profissional, que é necessário te tenha um estatuto geral, não é bem isso
705 que eu quero discutir, até porque foi sancionado, foi assinada a Lei. Mais é diversa a interface que
706 eles têm como equipamento de acolhimento e de convivência, por que penso ser complicado”*. O
707 Presidente sugeriu que o tema fosse encaminhado para discussão na Comissão de Política,
708 devendo também ser pautado no FONSEAS, CONGEMAS, e no MDS. Conselheira Cadó: *“Minha
709 saudação a todos e todas. É tão somente para registrar, indo ao encontro da fala da conselheira
710 Maria Lucia, a presença do meu companheiro de instituição, Clodoaldo, que é Coordenador
711 Estadual da Fundação Fé e Alegria, e vai acompanhar essa assembleia como Conselheiro do
712 COMAS/SP. E a outra coisa, senhor Presidente, é para registrar nossa representação junto a
713 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos ao Plano de Convivência Familiar e Comunitária, foi
714 uma reunião rápida, de apenas meia dia e que se ateve a análise de uma minuta de regimento
715 interno dessa Comissão, ficando a incumbência dos seus componente de analisar o Plano atual e
716 identificar aquilo que seja possível, identificar aquilo que está no plano e que ainda é possível ser
717 realizado, em 2014 e 015, porque esse plano deverá sofrer uma reavaliação e reorganização no
718 ano de 2015. Os encontros deverão ser bimestrais, portanto, haverá nova reunião dessa Comissão
719 em novembro e nesse período, a gente já deve levar os apontamento de que ações serão essas.
720 Obrigada”*. A Conselheira Maria Lúcia validou o que a Conselheira Simone havia colocado para o
721 Conselheiro Anderson, destacando a obrigatoriedade com relação a essa população e lamentando

722 que alguns gestores tivessem ignorado essa solicitação.. Conselheira Aldenora: “*Desculpa*
723 *Presidente, eu estava ausente escrevendo aquele texto para nossa amiga Mercês, por isso eu peço*
724 *desculpa por não estar aqui. Eu tenho cinco informes. O primeiro é que agora, dia 29 de julho, lá*
725 *em Macapá, nós reunimos com alguns beneficiários do Bolsa Família e as organizações parceiras*
726 *para o preenchimento da demanda habitacional dentro do programa do estudo da COVI no estudo*
727 *programa Minha Casa, Minha Vida entidade, onde a gente, eu queira até compartilhar, onde nós*
728 *aprovamos os critérios que nós elegemos para seleciona nossa demandas que são, entre eles, as*
729 *mulheres vítimas de esclarecimentos, que é uma realidade da região amazônica, a famílias com*
730 *mulheres vítimas de câncer, famílias com idosos, portadores de necessidades especiais, casais*
731 *homo afetivos e famílias que moram em área de risco. O outro enorme é que no dia 5, agora, de*
732 *agosto, nós participamos de uma audiência pública no Senado, onde nós estivemos denunciando a*
733 *violência contra os indígenas da aldeia Uarampi do Amapá. Eles sofreram maus tratos na CASAR –*
734 *que é a Casa do Indígena, no Amapá, onde inclusive um senhora, uma indígena perdeu o bebê. O*
735 *outro informe, no dia 6, agora, de agosto, nós participamos do Encontro Interconselhos aqui em*
736 *Brasília, é uma iniciativa do CONSEAS e do Comitê Iaiá, 2014, que é do ano Internacional da*
737 *Agricultura Familiar Camponesa e Indígena, onde a gente aprovou as ações que serão*
738 *implementadas ainda este ano nos estados e aqui em Brasília. No dia 7, nós participamos da mesa*
739 *de dialoga da Governo e Sociedade Civil, onde foi debatido o Plano Brasil sem Miséria, aqui em*
740 *Brasília e como despedida, inclusive, eu Presidente, dada a executiva da CONAM e eu como*
741 *prestação de contas aos filiados porque dia 23 de março foi o Congresso da CONAM, data em que*
742 *eu estava me despedindo e também já concorrendo pela nossa organização base que e o ECOVIDA,*
743 *eu me atrevi a escrever um texto na revista VITAR, que a revista da CONAM, foi divulgada no*
744 *Congresso com o tema: Sociedade Civil e o SUAS e eu solicitei que seja compartilhado a todos os*
745 *conselheiros. Me perdoe se eu tiver cometido alguma falha, eu não tenha essa experiência, nem*
746 *essa expertise no tema, mais me atrevi até na intenção de aprender e já antecipo que o José Crus*
747 *me chamou a atenção para um dado do Bolsa Família que está 2,5 milhões, e na verdade os dados*
748 *corretos são 14 milhões. Então, uma diferença enorme. E por fim, eu quero trazer uma frase aqui*
749 *que é: “Eu não me iludo” pedindo aos donos do poder que mudem o poder. Coloco essa frase*
750 *porque o Decreto de participação social tão esperado por todos nós, tão debatidos nas bases corre*
751 *o risco de ser derrubado. No dia 5, ele não foi derrubado, apenas, por 6 votos, em particular*
752 *porque os senadores estão em campanha no seus estados. Então eu convido aqui as nossas*
753 *organizações que fortaleça esses debates, que façam visitas aos senadores de seus estados para*
754 *que eles votem a favor do nosso Decreto. Esse é um direito nosso, foi conquistado por nós e não*
755 *pode ser derrubado. Muito obrigada, Presidente”.* O Presidente registrou um pedido de desculpas,
756 por, no evento Monitoramento do Programa de Monitoramento de Vigilância Socioassistencial ter
757 saudado os Conselheiros da Sociedade Civil e não saudado os do Governo, citando os presentes
758 ao evento. A Conselheira Maria Lúcia comunicou a notícia do acidente e falecimento do ex -
759 Governador de Pernambuco e de sua assessoria, lamentando essa tragédia, com todos se
760 solidarizando com aas famílias. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço,
761 convidando a todos para retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente
762 indicou a existência de quorum, passando a tratar do **item Balanço dos Impactos dos Planos Brasil**
763 **sem Miséria (Ação Brasil Carinhoso) e Viver sem Limite e do Programa Crack é Possível Vencer**
764 **na vida dos usuários do SUAS.** Citou a presença do Secretário Tiago Falcão, da Secretaria

765 Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza, SESEP/MDS; e da Sra. Juliana Pereira,
766 Assessora da SNAS. O Secretário. Tiago passou a discorrer sobre os impactos do Plano Brasil Sem
767 Miséria, apresentando os resultados obtidos, com indicadores nacionais e resgatando a trajetória
768 de redução da extrema pobreza do Brasil nos últimos anos, conforme o gráfico em tela.
769 Prosseguiu, discorrendo sobre os três anos de existência do Plano, trabalho que marcava a história
770 da administração pública no Brasil, e também dos seus indicadores sociais. Observou não ser um
771 resultado apenas da SESEP ou do MDS, mas do governo como um todo, com essa ação sendo
772 executada pelos governos estaduais e municipais e pela Sociedade Civil, que vinha executando
773 parte das políticas e no seu acompanhamento. A Sra. Juliana passou a apresentar ações do SUAS
774 no Plano Brasil Sem Miséria, complementando a apresentação do Secretário Tiago. Falou sobre a
775 evolução da implementação do SUAS a partir de 2010, apresentando os dados e informando que
776 já estavam praticamente em todos os municípios acima de 20 mil habitantes com o CREAS, e
777 praticamente em todos os municípios brasileiros com o CRAS, ademais de ampliar de forma
778 significativa os recursos também para outros serviços, além do PAIF e do PAEFI. Prosseguiu,
779 indicando os dados do atendimento dos diversos Planos, com o Plano Brasil Sem Miséria e como o
780 SUAS se inseria nesse Plano e como as ações eram desenvolvidas nos municípios. Falou sobre as
781 ações realizadas, as metas alcançadas quanto ao ACESSUAS/Trabalho, a abertura de unidades do
782 CRAS e CREAS, Centro Pop, acolhimento para população em situação de rua. Concluindo, a Sra.
783 Juliana observou que algumas das ações se aproximavam de 100% de alcance das metas e outros
784 haviam ultrapassado o previsto, colocando-se à disposição para esclarecimentos. O Presidente
785 abriu para inscrição, com a Conselheira Carmen citando o Plano Brasil Carinhoso, onde havia
786 notado a invisibilidade da criança com deficiência, falando sobre a questão e considerando
787 interessante trabalhar também com essas crianças que recebiam o Benefício da Prestação
788 Continuada. A Conselheira Simone cumprimentou os palestrantes, destacando o trabalho
789 realizado pelo Secretário Tiago. Destacou que o Plano Brasil Sem Miséria havia desafiado o SUAS, a
790 quem colocava a importância de mudar sua forma de ofertar os seus serviços para poder localizar
791 e atender os extremamente pobres, falando sobre a expansão das ofertas e algumas das ações
792 realizadas. Que estavam fazendo uma avaliação do pacto com os municípios, com uma das metas
793 sendo a cobertura da taxa de acompanhamento familiar, falando sobre sua importância.
794 Agradeceu a presença do Secretário Tiago, destacando que haviam conquistado grandes números
795 e vitórias, sendo que para o SUAS os desafios eram maiores, considerando as condições de se
796 fazer análises mais qualificadas da importância e da necessidade do Sistema para as famílias
797 extremamente pobres. A Conselheira Jucileide lamentou a ausência de debate sobre o tema
798 apresentado, mas reconhecendo os avanços alcançados com o Plano Brasil Sem Miséria, fazendo
799 alguns destaques. Observou que na fala da Sra. Juliana poderia constar mais dados estatísticos,
800 citando o atendimento a mulheres vítimas de violência, serviço que precisava ser ampliado.
801 Observou que os Conselheiros Anderson e Samuel poderiam falar sobre o atendimento nos
802 Centros-Pop e nos serviços de acolhimento à população de rua, discorrendo sobre o combate à
803 miséria. Que havia gostado das informações sobre a articulação entre a Saúde e a Educação,
804 preocupando-se que o Plano acabava em 2014, questionando como ficaria a situação, com a
805 Sociedade Civil pautando dentro do CNAS o que se queria depois dessa conclusão. A Conselheira
806 Patrícia observou haver um esforço muito grande do Ministério da Educação também a respeito do
807 programa Brasil Carinhoso, mas sendo preciso avançar ainda mais. Que não existia uma

808 transferência de renda para criança conforme colocado, sendo preciso que a população tivesse
809 mais acesso a esse Programa, independente da criança estar ou não na escola. A Conselheira
810 Margareth parabenizou pelo exercício da democracia que estavam exercendo, com o governo
811 apresentando o que defendiam enquanto uma política de estado de direito democrático.
812 Manifestou dúvidas sobre o Cadastro Único, questionando o número de brasileiros registrados e o
813 que pensavam para atender a todas essas pessoas, e como dariam visibilidade para as pessoas que
814 realmente precisavam estar nesse Cadastro. Sobre a lâmina do cofinanciamento, perguntou se
815 havia sido apresentado era o que o Governo Federal cofinanciava, sendo interessante saber o que
816 estava implantado. O Presidente registrou que as apresentações feitas seriam distribuídas aos
817 Conselheiros. O Conselheiro Anderson destacou a importância desses Programas no SUAS,
818 informando o encontro realizado no dia 07 no Palácio, com o Conselheiro Samuel representando
819 o Movimento Nacional e o Fórum, destacando que esses encontros deviam ser regionais, para
820 atender as especificidades de cada Estado, e não apenas avaliando apenas no âmbito de Brasília.
821 Falou sobre os Centros Pop, falando sobre a territorialidade de CRAS ou CREAS, com a necessidade
822 de cobrar o endereço da família, sendo muitas vezes o Centro Pop. Que era preciso monitorar as
823 empresas que faziam o Cadastro Único, falando sobre o cadastramento da população de rua,
824 relatando algumas situações e parabenizando pelos invisíveis começando a se tornar invisíveis, o
825 que era preciso fazer de modo amplo e bem rápido. O Presidente registrou que na fala do
826 Secretário Tiago havia abordado o incentivo ao microempreendedorismo, tendo solicitado, à
827 Comissão de Benefícios e Transferência de Renda do CNAS que fizesse um estudo sobre a
828 possibilidade de oferecer ao beneficiário do BPC também a condição do aprendiz e que a
829 Secretaria também fizesse esse debate, pois não resolveria incentivar o usuário a buscar o
830 Pronatec, acesso ao microempreendedorismo, se não pudesse ser um microempreendedor e
831 beneficiário do BPC simultaneamente, pelo menos até o período de estabilização. O Secretário
832 Tiago manifestou que ele ou sua equipe poderiam estar presente para esclarecimentos, indicando
833 que a Conselheira Margarida era da equipe da SESEP, tendo condições de sanar dúvidas e levar as
834 demandas colocadas pelo Conselho. Que era determinação da Ministra para que alguém da
835 equipe da SESEP participasse do CNAS para facilitar esse diálogo, com todas as instâncias do MDS
836 e não apenas com a SNAS. Indicou que na questão do MEI estavam fazendo estudos sobre o
837 microempreendedor individual e sua relação com os beneficiários do Bolsa Família, esclarecendo a
838 situação atender a demanda colocada e também do retorno ao benefício, caso o empreendimento
839 não resultasse. Esclareceu que havia uma Secretaria com status ministerial que tratava da questão
840 da micro e pequena empresa dentro do Governo Federal e que poderia ser trazida para esse
841 debate. Falou para o Conselheiro Anderson que vinham trabalhando para identificar as situações
842 concretas quanto à população de rua, tendo preocupação com as empresas que realizam o
843 Cadastro Único, falando sobre a situação existente, sendo que ao identificar alguma situação,
844 deveriam comunicar ao MDS. Dirigindo-se à Conselheira Margareth, confirmou que o CADÚnico
845 tinha em torno de 85 milhões de pessoas com cadastro atualizado, correspondendo a 60% da
846 população brasileira. Que nem todos os cadastrados tinham perfil para ingressar no Bolsa Família,
847 cadastrando-se para acessar outros benefícios, sendo 50 milhões de beneficiários do Bolsa.
848 Esclareceu para a Conselheira Jucileide que o grande legado que o Brasil Sem Miséria deixava em
849 termos de experiência de política social, era a capacidade de integração entre diferentes áreas,
850 propiciando maior avanço nas ações. Que era preciso ter uma instância de coordenação das

851 políticas sociais, não precisando ser uma Secretaria específica ou dentro do MDS, tratando das
852 questões e juntando interesses diferentes, ademais de reconhecer as carências das diversas áreas
853 e atuar conjuntamente, falando sobre algumas situações que precisavam ser sanadas. Observou
854 para a Conselheira Patrícia sobre o acesso ao Brasil Carinhoso, trabalhando-se com a necessidade
855 de expansão da rede de oferta da educação, falando sobre esse processo e a demora encontrada,
856 existindo, ainda, grandes desafios e falando sobre as normas que estavam em tramitação para
857 atender essa questão. O Secretário Tiago falou sobre a situação dos municípios, tendo que se
858 olhar de maneira diferenciada, conforme a realidade de cada um, tanto no financiamento, quanto
859 às exigências feitas na ponta, colocando a necessidade de uma Agência de apoio aos municípios
860 para atender a todas as áreas. Informou para a Conselheira Carmen que haveria apresentação do
861 Plano Viver sem Limites e toda a equipe do BPC na Escola, que teriam condições de responder
862 melhor às suas dúvidas, mas defendendo junto com o MEC, que as novas creches levassem em
863 consideração todas as exigências de acessibilidade, faltando não apenas estrutura física, mas
864 também pessoal capacitado para esse atendimento. A Sra. Juliana observou poderiam ter trazidos
865 mais detalhes sobre a situação das mulheres vítimas de violência, mostrando como as ações do
866 Brasil sem Miséria impactavam no aumento do atendimento para públicos específicos, tendo o
867 Censo, o MRA que monitoravam os atendimentos, podendo ver a evolução que vinha
868 apresentando. Que o aumento da Rede, com mais equipamentos nos municípios, todos os
869 públicos específicos estavam acessando mais atendimento, sendo que as mulheres vítimas de
870 violência eram um dos principais públicos atendidos pelos CREAS, falando sobre o aumento dessas
871 unidades. Com relação ao acolhimento de mulheres e idosos, os dados não indicavam que eram
872 atendidos no mesmo lugar, com o recurso do município cofinanciava aquele quantitativo de vagas,
873 mas o município organizava o atendimento, considerando a demanda entre idoso e mulher. Com
874 relação à população em situação de rua, observou ser um processo ainda recente de retirar esse
875 público da invisibilidade, mas havendo um ganho com as ações do MDS para essa população.
876 Quanto à questão do Cadastro, em 2010 haviam feito um esforço de capacitar a Rede, com
877 instrução operacional conjunta, com participação do Movimento, falando sobre a Rede, não
878 apenas no atendimento à população em situação de rua, mas também para outros públicos
879 específicos, falando sobre a implantação do SUAS e os avanços que havia trazido. Que era preciso
880 fortalecer a vigilância socioassistencial nos municípios, e a inclusão das informações nos
881 instrumentos de vigilância e no Cadastro Único, para identificar os públicos que necessitavam de
882 atendimento, onde a Rede precisava crescer e que ofertas precisavam trazer, discorrendo sobre o
883 financiamento para essa ação. A Sra. Juliana informou que no site do MDS havia um relatório de
884 informações sociais, trazendo essas informações de forma geral ou direcionada a algum município.
885 Observou que além de toda a expansão do SUAS, que trazia uma maior possibilidade de acesso
886 das mulheres ao atendimento, havia chamado a atenção os dados das outras ações do Brasil sem
887 Miséria, indicando que no Pronatec a maioria era mulher, ressaltando essa atuação. O Presidente
888 agradeceu a participação da Sra. Juliana, passando para o **Item “Crack, é possível vencer”**, com a
889 presença da Sra. Olga Pimentel, da Secretaria de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, e
890 a da Sra. Telma, Diretora do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS. A Sra. Olga
891 passou a apresentar em linhas gerais o Plano do Crack, com a Sra. Telma aprofundando no âmbito
892 da Assistência. Falou sobre suas atividades e posterior participação na área de articulação do
893 Plano do Crack, discorrendo sobre seus objetivos e as diretrizes estabelecidas, para sanar esse

894 grave problema. Discorreu sobre sua integração com outras áreas de Saúde, Segurança,
895 Assistência Social, Educação e Direitos Humanos, sendo uma atuação conjunta dos Governos
896 Federais, Estaduais e Municipais. Falou sobre a adesão dos municípios, a oferta de serviços,
897 equipamentos e os recursos investidos, a prevenção, a integração entre os entes e com aquelas
898 em situação de pobreza sendo as que mais sofriam. o essa problema afetava a todas as camadas,
899 discorrendo sobre os projetos em andamento para esse atendimento. Informou a abertura de
900 inscrição para o curso gratuito SUPERA, contemplando Educadores, Conselheiros Tutelares,
901 Conselheiros dos diversos Conselhos sobre drogas, sobre saúde e outras questões. Informou o e-
902 mail para inscrição, indicando os requisitos necessários www.supera.senad.gov.br. E os diversos
903 cursos, que atendiam, falando sobre os Centros Regionais de Referência vinculados a
904 Universidades Públicas do Brasil todo, com grupos de professores relacionados à área de álcool,
905 drogas, de Ciências Humanas, Serviço Social, Enfermagem, que atuam nessa questão. Destacou a
906 importância da articulação, principalmente com o MDS, objetivando-se que esses cursos
907 oferecessem cursos que atendessem a demanda do território, com um Edital a ser lançado sobre
908 diversos cursos. E com parcerias a serem firmadas. A Sra. Olga esclareceu que poderia enviar a
909 relação dos CRRs e os territórios que atendiam, possibilitando a oferta de cursos para aquela
910 determinada região. Quanto à prevenção, informou que a SENAD também trabalhava com
911 informações contínuas e orientações sobre crack e outras drogas, existindo o Portal do “Crack, é
912 possível vencer”, o Disque 132 disponível 24h por dia, campanhas de utilidade públicas pelos
913 facebook, pelo próprio site da SENAD, sendo lançado recentemente o Edital para poder financiar
914 projetos de prevenção nos municípios, tanto para os municípios, quanto para ONGs. Discorreu
915 sobre os cuidados que a pessoa usuária de drogas deveria ter, quanto a saúde, apoio social, que
916 juntamente com sua família precisavam de cuidados especiais, com os Programas, como o Bolsa
917 Família, trazendo grandes mudanças na vida dessas pessoas. Concluindo, a Sra. Olga colocou-se à
918 disposição, convidando a todos para se inscrever no curso SUPERA é até o dia 20. A Diretora Telma
919 iniciou sua apresentação, destacando que a direção da construção dos planos de Governo era para
920 avançar na efetivação e estruturação das Políticas de Estado, que eram os sistemas públicos. Que
921 o Plano do Crack vinha dar uma direção na construção de resposta para questões muito
922 complexas, mas com uma missão de avançar na estruturação dentro do SUS, da Política de Saúde
923 Mental e também do Consultório na rua que estava na atenção básica, discorrendo sobre essa
924 ação. Falou sobre a implementação da repressão criminal às grandes organizações, abrindo um
925 diálogo da segurança com as políticas públicas e com a Assistência, com a política de polícia
926 comunitária, falando sobre a regulamentação dessa questão. Destacou a importância da
927 capacitação em todos os equipamentos, ademais de mostrar que a discussão do tema de drogas, e
928 principalmente o crack, era despreparada, falando sobre os mitos existentes, principalmente
929 quanto à população em situação de rua, com esse trabalho esclarecendo essa situação. Falou
930 sobre a pesquisa realizada no Brasil sobre o usuário do crack e o tempo de vida, prejudicado pela
931 situação precarizada em que vivia, não sendo apenas a droga que causava essa morte. Falou sobre
932 a importância dos Planos no avanço para a estruturação, ampliação e crescimento de cobertura,
933 muito significativo para o SUAS, ressaltando a importância de capacitação específica para o
934 atendimento dessas pessoas, principalmente nas ruas, falando sobre a situação existente em todo
935 o país e não apenas nas grandes cidades. A Sra. Telma falou sobre a abordagem e sobre os
936 consultórios de rua, serviços que estavam dialogando e com vagas para todos os municípios nos

937 cursos realizados, relatando que os serviços dos sistemas tinha maior abrangência maior, mas que
938 estavam sendo monitorados pelos Ministérios e coordenados pela Casa Civil, eram os municípios
939 que haviam feito a adesão, sendo todos acima de 200 mil habitantes. Concluindo, apresentou os
940 dados sobre essa questão, as dificuldades existentes nos municípios e as ações que estavam sendo
941 realizadas, ademais dos equipamentos disponíveis para esse atendimento. O Presidente destacou
942 a importância do tema e a necessidade de maior debate, informando que o Conselheiro Anderson
943 havia registrado o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. O Conselheiro Anderson
944 cumprimentou o Secretário Antônio José, que havia sido Coordenador-Adjunto do Comitê de
945 Políticas para População em Situação de Rua junto com o Doutor Evair na SDH. Informou não ter
946 sido contemplado para a realização do curso SUPERA em quatro oportunidades, destacando a
947 necessidade do mesmo para poder ajudar a desmitificar o preconceito sobre a população de rua e
948 o melhor atendimento a esse segmento. Informou sobre a proposta encaminhada para
949 Presidência Ampliada da Comissão de Política, mas que poderia vir para o Pleno, convidando
950 alguns Conselhos para trazer esse debate. Relatou a reunião ocorrida no dia anterior com o
951 Coordenador de Política do CONANDA para tratar algumas ações conjuntas sobre a criança e do
952 adolescente, discorrendo como esses temas seriam tratados e sendo preciso conhecer normas,
953 documentos e os avanços realizados, sendo preciso pautar esse encontro. Falou sobre o grupo
954 dentro da SENAD para discussão das comunidades terapêuticas, que ainda tratavam como
955 internação compulsória, relatando situações ocorridas com usuários de crack. Parabenizou pelas
956 ações, mas sendo preciso trabalhar em conjunto, citando os recursos dos Programas e precisando
957 trabalhar na reinserção do cidadão e não da instituição, falando sobre a situação observada em
958 São Paulo e sendo preciso trazer para discussão no CNAS. O Presidente informou o convite feito
959 aos Conselhos CONAD, CONANDA, Conselho de Educação, Conselho de Saúde e Direitos Humanos,
960 mas cujo registro não ainda não havia sido feito. O Conselheiro Samuel falou sobre a situação em
961 Belo Horizonte e a aplicação de um questionário pelo IBGE no Rio de Janeiro, relativo ao uso de
962 drogas, falando sobre seu resultado. Falou sobre o acolhimento institucional, sendo trabalhado
963 um projeto direcionado para a população de rua, a ser implantado em Fortaleza. Com relação ao
964 Centro POP hoje falou tanto, falando sempre de Centro POP, ouvimos tanto de Centro POP, era
965 preciso pensar em como trabalhar a implementação desse equipamento nas diversas cidades,
966 onde essa população se encontrava. Informou que havia aumento na população de rua, embora
967 todos os dados do Plano Brasil Sem Miséria apontassem com números, as pessoas saindo da
968 situação da extrema pobreza, discorrendo sobre os Centro POP e com o melhor serviço sendo
969 prestado pelo CRAS, ponderando se os mesmos eram totalmente efetivos. A Sra. Olga destacou o
970 interesse que o curso SUPERA alcançasse as pessoas vinculadas à área, indicando seu e-mail
971 olga.jacobina@mj.gov.br, que solicitaria para a Universidade validar as inscrições, haja vista o
972 interesse que tinham nessa participação. Sobre a regulamentação das comunidades terapêuticas,
973 o Presidente do CONAD informou ter reunião desse órgão, buscando o diálogo com segmentos da
974 sociedade para poder formular o que seria proposto de regulamentação, com a realização de
975 Audiência Pública para manifestação da sociedade sobre a discussão. Informou que a SENAD
976 acompanhava o ao De Braços Abertos, sendo preciso trabalhar conjuntamente para a efetivação
977 dos serviços prestados. A Sra. Telma falou para o Conselheiro Samuel que havia muito tempo
978 trabalhavam a questão dos dados, lamentando que as capitais citadas estivessem com unidades
979 suspensa de recursos. Que a SNAS estava montando um GT para discutir a questão as metrópoles,

980 sobre a oferta e implantação dos serviços, sendo preciso aprofundar as estratégias para essa
981 implantação ocorrer. Observou que esses desafios estavam pautados, para construir e avançar
982 com esses projetos, podendo trazer o tema em outra oportunidade, trocando e trazendo
983 informações, colocando-se à disposição para o debate. **Item Plano Viver Sem Limite**, com a
984 participação do Secretário Nacional de Promoção de Direito da Pessoa com Deficiência, Sr.
985 Antônio José Ferreira e da Secretária Nacional de Assistência Social, Dra. Niusarete Lima e Dra.
986 Andrea de Linz. O Sr. Antônio cumprimentou os Conselheiros com quem havia trabalhado,
987 esclarecendo que conceituaria o Plano Viver Sem Limite e a Sra. Ana Luiza faria apresentação das
988 suas ações. Informou que o Plano Viver Sem Limite era o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa
989 com Deficiência, estabelecido pelo Decreto 7.612 de 17 de novembro de 2011, e garantindo os
990 compromissos assumidos pelo Brasil com a ratificação da Convenção Internacional sobre os
991 direitos da pessoa com deficiência. Ressaltou que o Plano visava organizar as Políticas Públicas
992 para as pessoas com deficiência, e sua organização em eixos, falando sobre os mesmos. Que
993 visava o atendimento das pessoas com deficiência desde o recém-nascido até a vida adulta,
994 preocupando-se, também, com a inclusão produtiva e com o desempenho acadêmico, atendendo
995 a pessoa em sua integralidade. A Sra. Ana Luiza prosseguiu, falando sobre os eixos do Programa
996 Viver sem Limites, falando sobre o eixo de acesso à educação e com os demais sendo tratados
997 posteriormente. Falou sobre o PBC Trabalho, cujo objetivo era propiciar maior inserção
998 profissional de pessoas com deficiência com a idade entre 16 e 45 anos. Que eram realizadas
999 visitas domiciliares aos beneficiários do BPC, para identificação de barreiras de acesso ao trabalho
1000 e viabilização de meios para superá-los, principalmente por meio da qualificação profissional. A
1001 Sra. Andrea informou que estava fazendo a atualização das informações, sendo que já haviam
1002 falado sobre o programa BPC na Escola e o BPC Trabalho, mas caso fosse necessário,
1003 apresentariam novamente os temas para os novos conselheiros. Informou que as metas de
1004 capacitações de pessoas com deficiência, sendo que, em junho de 2014 haviam sido identificadas
1005 e matriculadas no Pronatec 1.149 pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC. Em relação às
1006 visitas, era o mesmo dado que constava, sendo 19.692 em junho. A Sra. Ana Luisa informou que a
1007 Sra. Niusarete falaria sobre Residência Inclusiva e Centro Dia. Prosseguindo, indicou o eixo
1008 acessibilidade, que abrangia o Programa Minha Casa Minha Vida, Centro Tecnológico Cães Guias,
1009 Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva e o crédito facilitado para aquisição de
1010 produtos de tecnologia assistiva, discorrendo sobre cada desses Programas. Citou o último eixo
1011 atenção à saúde, citando a triagem neonatal, cujo objetivo era a melhoria dos processos de
1012 identificação em intervenção precoce de doenças em crianças de zero a dois meses, indicando
1013 alguns testes realizados e a situação das maternidades nos estados. Falou sobre diretrizes
1014 terapêuticas, cujo objetivo era a elaboração e publicação de diretrizes terapêuticas sobre como
1015 proceder quanto ao diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento de várias deficiências,
1016 citando as diretrizes do programa Viver sem Limites, os Centros Especializados em Reabilitação,
1017 transporte e acesso à saúde; oficinas ortopédicas; capacitação de profissionais para órtese e
1018 prótese; atenção odontológica e qualificar esse atendimento no SUS. O Sr. Antônio falou sobre
1019 essa rápida apresentação do Plano Viver Sem Limite, que tinha muitas metas, com algumas
1020 próximas de ser 100% alcançadas e outras trazendo muitos desafios. A Dra. Niusarete passou a
1021 falar sobre a Residência Inclusiva e os Centro Dias, relatando os objetivos dessas metas dentro do
1022 eixo inclusão social no Plano Viver Sem Limite, indicando ser uma posição em 30 de julho e

1023 podendo ter algumas alterações. Indicou o quadro com a criação das Residências Inclusivas,
1024 trazendo a sua criação em 138 municípios e a situação atual, sendo devolvido recurso ao Fundo
1025 referentes àquelas Residências Inclusivas que haviam sido canceladas. Prosseguindo a Sra. Andrea
1026 Lins falou sobre a apresentação em tela dos Programas BPC na Escola e BPC Trabalho específico,
1027 as normas que os haviam instituído. Observou que poderia voltar em outra oportunidade e trazer
1028 maiores informações para atualização, indicando quantos municípios haviam feito adesão, em
1029 relação às visitas e também sobre capacitação. Relatou que havia um cronograma de capacitação
1030 do BPC na Escola, previsto até o final do ano e que já estava sendo executado, e que poderia ser
1031 disponibilizado para os Conselheiros. Indicou que no BPC trabalho tinha articulação com o
1032 Programa ACESSUAS Trabalho, falando sobre o compromisso do gestor, após assinatura do termo
1033 de aceite, a realizar as ações do programa BPC Trabalho, sendo que a pessoa com deficiência
1034 beneficiário do BPC era prioritária também nesses municípios. Informou que o aceite havia sido
1035 prorrogado até 30 de agosto, indicando o número já realizado e o compromisso do gestor a
1036 desenvolver essas ações. Indicou que para cada pessoa com deficiência matriculados no curso do
1037 Pronatec pelo ACESSUAS Trabalho, recebiam R\$70 por matrícula efetivada, falando sobre a
1038 importância dessa capacitação, falando sobre as parcerias existentes para o encaminhamento
1039 desse público. Relatou as demandas dos estados para falar sobre os Programas e cujos dados iam
1040 atualizado, o que também seria repassado para o CNAS. A Conselheira Carmen falou sobre as
1041 ações apresentadas, manifestando preocupação que o monitoramento através do Bolsa excluía a
1042 criança e adolescente com deficiência, recebendo apenas o BPC. Falou sobre essa questão
1043 também nos demais Planos, indagando como teriam os dados sobre a efetiva retirada dos
1044 deficientes da linha da miséria e o quanto tinham avançado nessa questão. Indicou os dados sobre
1045 Residência Inclusiva, questionando quantos estavam em funcionamento e quantas pessoas por
1046 casa, e o porquê de não estarem avançando na Residência Inclusiva e no Centro Dias,
1047 questionando onde estava o problema. A Conselheira Eufrásia indagou quantos tipos de
1048 deficiência eram atendidos no Centro Dias e nas Residências Inclusivas, indicando o Transtorno do
1049 Espectro Autista – TEA e a dificuldade em conviver com outras crianças. Indagou se havia algo
1050 sobre a questão e a formação dos profissionais da área. O Conselheiro Alceu destacou a
1051 importância do Viver Sem Limites, desenvolvendo ações na área da pessoa com deficiência.
1052 Observou que muitas escolas se habilitavam a receber as salas multifuncionais, mas nem sabiam
1053 como trabalhar o material recebido, devendo se pensar em uma estratégia para operacionalizar
1054 essas salas de recursos, por ser um trabalho bastante técnico, citando a produção do braile e
1055 outras questões na área da pessoa com deficiência. Indagou se estavam voltadas apenas para os
1056 Institutos Federais ou as Universidades poderiam se habilitar, indicando as Universidades
1057 Comunitárias, frequentadas por pessoas com deficiência. O Conselheiros Naelson falou sobre os
1058 serviços prestados por sua entidade na área da Saúde, Educação e Assistência Social para pessoas
1059 com deficiência, sendo que com a implantação dos programas governamentais havia cessado de
1060 oferecer alguns serviços, os quais eram de responsabilidade do poder público e não da rede
1061 privada. Falou sobre os serviços prestados atualmente na área de defesa garantia de direitos e que
1062 não eram praticados anteriormente, esclarecendo essa necessidade. Que gostaria que o Secretário
1063 Antônio José informasse as dificuldades existentes, para a aplicação dessas ações pelo governo,
1064 beneficiando a maioria das pessoas com deficiência, para que como Conselho Nacional
1065 Movimentar os Conselhos Estaduais e Municipais para acontecer essas ações na ponta. A

1066 Conselheira Margarida informou estar no Plano Brasil Sem Miséria, na coordenação da Diretoria
1067 de Inclusão Produtiva Urbana. Que estava do Pronatec, citando os dados sobre o número de
1068 pessoas do Bolsa Família ou no Cadastro Único que haviam participado e que eram do BPC. Falou
1069 sobre as dificuldades para esse acesso ao Pronatec, mas como esse curso mudava a vidas das
1070 pessoas, dando maiores oportunidades. Ponderou que o Plano Viver Sem Limites podia ter muitas
1071 falhas, mas era uma grande iniciativa e que tinha que ser respeitada, considerando a melhoria e
1072 visibilidade que trazia para a vida das pessoas. A Sra. Andrea indicou os novos dados sobre a
1073 questão, indicando o aumento de beneficiários do BPC nos cursos do Pronatec. O Sr. Antônio falou
1074 sobre as dificuldades quanto às salas de recurso multifuncional, sendo preciso aprimorar o
1075 processo de monitoramento dessas salas, falando sobre esse procedimento. Indicou que havia um
1076 erro na apresentação, citando os Institutos Federais, e Universidades, sendo que esse recurso era
1077 muito importante, permitindo trabalhar a acessibilidade nas Universidades , mas destacando que
1078 o recurso ainda era pouco, sendo preciso ampliar essa ação. Falou sobre o Centro Dia e as
1079 Residências Inclusivas, que haviam passado a existir após o Viver Sem Limite, e o MDS também
1080 vinha encontrando dificuldade na sua implementação, mas a ação estava acontecendo, apesar de
1081 precisar ajustar algumas questões. Falou sobre o CER e a questão da capacitação, citando
1082 entidades que haviam sido qualificadas para fazer outro tipo de reabilitação além do que faziam,
1083 cabendo uma denúncia formal para aquelas entidades que haviam recebido recurso e que não
1084 havia ampliado. Destacou que as ações na Saúde eram pactuadas e de responsabilidade do
1085 Estado, do Município e da União, mas com os recursos das unidades do CER sendo passados via
1086 Fundo da Assistência Nacional da Saúde, com aqueles que havia visitado estando em
1087 funcionamento, com 77 novas unidades para serem habilitadas e mais 23 em construção. A Dra.
1088 Niusarete destacou os avanços que havia acompanhado na área da pessoa com deficiência,
1089 atuando na Sociedade Civil, mas muito mais no Governo, mas faltando ainda muito por fazer.
1090 Informou ser responsável pelo serviço de acolhimento da proteção social de alta complexidade do
1091 MDS, destacando que o Plano Viver Sem Limite havia trazido um diferencial na vida das pessoas
1092 com deficiência e na das entidades, discorrendo sobre as dificuldades existentes. Ressaltou que
1093 na área da Assistência Social as equipes e os gestores não tinham essa experiência de trabalhar
1094 com esse novo olhar de Assistência para pessoa com deficiência, sendo implementada atualmente
1095 uma Assistência Social de políticas de direitos, não política de excluídos, mas buscando uma
1096 política de direito para as pessoas com deficiência. Falou sobre as dificuldades em trabalhar com
1097 as equipes, considerando a dificuldade de compreensão do que era trabalhar diretamente com
1098 esse novo enfoque de direitos da pessoa com deficiência. Que Residência Inclusiva e Centro Dia
1099 eram para tirar essas pessoas dessa condição de isolamento, sendo estimulada para que a
1100 deficiência não fosse mais agravada e que a família acreditasse no seu potencial. Falou sobre a
1101 função da Residência Inclusiva e do Centro Dia, indicando o público de cada uma delas e o número
1102 em funcionamento. Esclareceu que eram para todas as pessoas com deficiência, com o Transtorno
1103 do Espectro do Autismo também tendo direito, caso fosse uma pessoa com os vínculos familiares
1104 rompidos, sem condição de permanecer no seio da família, com o número de participantes
1105 dependendo de várias questões. Informou estar incluído um módulo de capacitação no Capacita
1106 SUAS para as equipes, passando orientações mais presenciais nos grupos de apoio técnico, mas
1107 sendo preciso avançar muito, sendo uma ação conjunta também do estado com o município, com
1108 o Termo de Aceite trazendo a responsabilidade dos entes federados, relatando algumas situações

1109 e sendo importante o monitoramento dos municípios para um bom funcionamento. A Dra.
1110 Niusarete colocou-se a disposição para debater o assunto em outra oportunidade, falando sobre
1111 como os abrigos deveriam ser. Observou ser uma ação conjunta, tendo que haver cumplicidade
1112 dos entes federados, caso contrário não conseguiriam avançar, com o CNAS tendo um importante
1113 papel, junto com os demais segmentos. A Sra. Andrea agradeceu pela oportunidade, reforçando as
1114 palavras da Dra. Niusarete de voltar ao Pleno para tratar do tema em detalhes e os avanços com
1115 os Programas. O Conselheiro Naelson esclareceu suas colocações, mas tendo solicitado que
1116 fossem apresentados as dificuldades e os problemas para que pudessem trabalhar com os demais
1117 Conselhos. Falou sobre a situação de Campo Grande e que haviam acompanhado, relatando a
1118 situação do Centro-Dia ser em Residência Inclusiva, com documentos indicando não ter nada nas
1119 instalações e sem funcionamento. Ponderou que não estavam em lados opostos, mas juntos para
1120 avançar, com essa gestão e as anteriores, juntamente com os demais segmentos, trabalhando
1121 para que o Programa Viver Sem Limite funcionasse da melhor maneira em Mato Grosso do Sul,
1122 mas estando com problemas. O Secretário Antônio José falou sobre o alcance do Programa Minha
1123 Casa, Minha Vida, garantindo habitação para milhares de pessoas e adaptadas para aquelas com
1124 deficiência, discorrendo sobre a questão. Ressaltou que as ações do Plano Viver Sem Limite
1125 haviam sido grandiosas, com muitos estados, exceto São Paulo, criaram planos locais, agregando
1126 as ações nacionais, citando alguns exemplos. Destacou que o Plano Viver Sem Limite não trazia
1127 apenas ações para o segmento de pessoas com deficiência, mas trazendo ações locais e dando
1128 visibilidade para o tema das pessoas com deficiência, falando sobre a instalação de Conselhos
1129 aumentando a capilaridade da política chegando em locais antes inimagináveis. Agradeceu a
1130 oportunidade, sugerindo que o CNAS ajudasse nesse monitoramento, fazendo visitas aos
1131 equipamentos afetos à Assistência Social para conhecer melhor o seu funcionamento. O
1132 Presidente indagou sobre a ampliação da habitação, ponderando que o gasto não havia
1133 aumentado, com a concordância do Secretário Antônio José. O Presidente informou a pauta na
1134 Comissão de Benefícios e Transferência de Renda, podendo fazer um estudo quanto à viabilidade
1135 de se estender ao microempreendedor individual, MEI, o benefício concedido ao aprendiz que
1136 poderia acumular por dois anos o BPC. Sugeriu que, como o tema era afeto à sua Secretaria, o
1137 Secretário Antônio José também viabilizasse esse estudo, falando sobre a questão. Agradeceu ao
1138 Secretário Antônio José, à Dra. Niusarete e Andrea pela presença, com o CNAS estando de portas
1139 abertas para outra oportunidade. ENCERRAMENTO. O Presidente encerrou a reunião, solicitando a
1140 todos que estivessem presentes às 9h do dia seguinte. ABERTURA. Aos catorze dias do mês de
1141 agosto de dois mil e catorze, o Presidente reiniciou a Ducentésima Vigésima Quinta Reunião
1142 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, cumprimentando os presentes e
1143 solicitando à Secretária-Executiva Substituta a conferência do quorum: Conselheiros Titulares:
1144 Luziele Tapajós, Solange Teixeira, Maria Lúcia Marquim, Raimunda Nonata Cadó, Anderson Lopes
1145 Miranda, Samuel Rodrigues, Cátia Vieira, Edivaldo Ramos, Patrícia Vieira, Naelson Ferreira,
1146 Dulcinéia Francisco, Léa Braga. Conselheiros Suplentes, Juliana Agatte, Tiago Cabral, Aldenora
1147 Gonzáles, Carmen Fogaça, Eufrásia Agísio, Leovane Gregório, Margareth Dallaruvera. O Presidente
1148 solicitou um minuto de silêncio pela trágica perda do ex-governador Eduardo Campos. A seguir, a
1149 Conselheira Luziele cumprimentou os presentes, desejando bom trabalho e informando que se
1150 retiraria devido a um problema de saúde, agradecendo os votos de restabelecimento. O
1151 Presidente indicou a inversão de pauta, considerando o problema com a impressão do Relato da

1152 Presidência Ampliada, iniciando com a Comissão de Conselhos, o que foi aprovado pelo Pleno.
1153 **Item Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social**, pela
1154 Conselheira Solange, que agradeceu o trabalho realizado pelos participantes da Comissão e da
1155 equipe da Secretaria Executiva do CNAS: *“A Memória da reunião da Comissão de*
1156 *Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, Reunião Ordinária 005 de 2014, de*
1157 *12/08/2014, horário das 09h às 16h, na Esplanada dos Ministérios, anexo bloco F, sala 119. Nosso*
1158 *primeiro item da pauta foi a continuação da análise do plano de ação da Comissão de*
1159 *Acompanhamento aos Conselhos, ênfase sobre a questão do FONACEAS, conforme*
1160 *encaminhamento do pleno. A Comissão de Acompanhamento aos Conselhos chegou a um*
1161 *consenso de que não caberia a inserção do FONACEAS na estratégia 1.1 da meta 1. Foi proposto*
1162 *inserir na meta 6, que trata de, abre aspas, “potencializar a relação dos CAS entre si, com outros*
1163 *Conselhos setoriais de políticas e defesa de direitos, as Comissões intergestoras e os poderes*
1164 *constituintes”, fecha aspas. Constituindo uma estratégia que contemplasse também outros*
1165 *segmentos de participação social da sociedade civil nas discussões. Encaminhamentos. A Comissão*
1166 *de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social recomenda à plenária: incluir na meta 6*
1167 *a estratégia 6.2, com a seguinte redação: abre aspas, “incentivar e defender a ação articuladora*
1168 *dos diversos mecanismos e instâncias de participação social (fóruns, campanhas, mesa de*
1169 *negociação, diálogo, movimento, dentre outros) em prol da dinâmica dos Conselhos”, fecha aspas.*
1170 *2. Discussão das questões... item 2 da pauta. Discussão das questões identificadas pela Comissão*
1171 *na análise do CENSO SUAS 2013. Foram identificados e apresentados à Comissão inconsistência na*
1172 *soma dos números de algumas respostas do questionário do CENSO SUAS 2013, municipal e*
1173 *estadual, bem como foram identificadas algumas questões que após a resolução número 15 de*
1174 *2014 precisam ser atualizadas. Lembrando aqui que essa resolução é que trata do controle social*
1175 *do Bolsa Família, exercido pelos Conselhos. Encaminhamentos. A Comissão de Encaminhamentos*
1176 *aos Conselhos da Assistência Social recomenda a plenária: 2.1. Solicitar esclarecimentos a*
1177 *coordenação da Vigilância Social sobre as divergências identificadas na soma dos números de*
1178 *algumas perguntas apresentadas no questionário do CENSO SUAS 2013, municipal e estadual. 2.2.*
1179 *Conhecer e discutir o levantamento solicitado anteriormente à coordenação de Vigilância Social*
1180 *dos municípios... só vou recapitular essa fala aqui. Conhecer e discutir o levantamento solicitado*
1181 *anteriormente a coordenação da Vigilância Social, por municípios, separados por região e por*
1182 *porte, onde os Conselhos de Assistência Social, CAS, estão em situação de fragilidade. Esses dados*
1183 *foram combinados, pactuados na reunião de julho, sei que eles viriam para a Comissão avaliar. E a*
1184 *gente está aqui reiterando, não só o pedido, como também pra gente... que a Vigilância*
1185 *providencie com a maior brevidade possível, presidente. 2.3. Reescrever as questões 40 e 41 do*
1186 *questionário CENSO SUAS 2013 municipal, a partir da resolução número 15/2014. Lá pergunta*
1187 *especificamente, principalmente a 40, se o Conselho de Assistência Social é instância do controle*
1188 *do Bolsa Família. Nós estamos entendendo, a Comissão entende, que essa pergunta já não cabe,*
1189 *uma vez que a resolução número 15 recomenda que os CAS exercem controle social do Bolsa*
1190 *Família. Item 3. Conhecimento e análise do e-mail enviado pelo presidente do CEAS de Roraima,*
1191 *que trata do exercício da representação de funcionários públicos na sociedade civil. Este item foi*
1192 *inserido na pauta da reunião, desta reunião, para a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos*
1193 *conhecer e analisar o caso. Encaminhamentos. A Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da*
1194 *Assistência Social recomenda à plenária: 3.1. Solicitar melhor esclarecimento ao CEAS Roraima*

1195 sobre a representação da sociedade civil, e que tipo de impedimento estaria sendo impostos a
1196 respectiva representação da sociedade civil, ou governamental. 4º ponto da pauta. Pauta de
1197 setembro de 2014. 4.1. Conhecer e analisar as informações enviadas pela Coordenação da
1198 Vigilância Social no que se refere aos municípios em situação de fragilidade, conforme o CENSO
1199 SUAS. 4.2. Discutir e analisar os impedimentos a representação da sociedade civil, nas instâncias
1200 de debate colegiados a assistência social. 4.3. Propor em pauta conjunta com a comissão de
1201 normas sobre meta 1, estratégia 1.1, ação B, que trata da operacionalização de orientar ao CAS
1202 para desenvolver ações para mobilização dos segmentos para participação no controle social do
1203 SUAS. O quinto ponto trata das reuniões regionais, região norte, Belém/Pará, 21 e 22 de agosto de
1204 2014. Conhecer e discutir a agenda de trabalho, temas e a participação da Comissão”. A
1205 Conselheira Solange indicou que continuariam com o **Relato da Reunião Conjunta da Comissão de**
1206 **Acompanhamento aos Conselhos com a Comissão de Políticas**, pelo Conselheiro Anderson: “Bom
1207 dia Solange, bom dia presidente, vice presidente, Secretaria Executiva, conselheiros, conselheiras,
1208 visitantes. Na continuação então, em discussão conjunta entre a Comissão de Acompanhamento
1209 aos Conselhos e a Comissão de Política da Assistência Social, foi apresentado aos conselheiros a
1210 carta do CNAS ao CEAS. A programação da reunião regional, bem como os documentos que serão
1211 objetos de discussão durante essa importante reunião de trabalho. São eles: extratos de resolução,
1212 CNAS número 18/2013. Pacto com metas municipais para o Sistema Único de Assistência Social. E
1213 da resolução CNAS número 32/2013, pacto de metas estaduais e do DF, em âmbito do Sistema
1214 Único de Assistência Social. E a resolução CNAS número 15/2014. Além da apresentação dos
1215 documentos, houve uma discussão sobre a metodologia e a programação da reunião regional da
1216 região norte. A oportunidade em que alguns conselheiros discorreram sobre a importância do
1217 CNAS contextualizar os assuntos a serem tratados em cada mesa. Foi decidida ainda a função de
1218 cada conselheiro na reunião. Em seguida, foi apresentado o quantitativo de pessoas que já
1219 confirmaram presença, e as dificuldades que o CEAS do Tocantins e de Roraima estão enfrentando
1220 para conseguir comprar as passagens para a reunião. Encaminhamentos. A Comissão de
1221 Acompanhamento aos Conselhos e de Política da Assistência Social recomenda a plenária: 5.1. As
1222 contribuições feitas na reunião conjunta foram levadas para apreciação e encaminhamentos da
1223 presidência ampliada. 5.2. O presidente do CNAS fará contatos telefônicos com os titulares do
1224 FONCEAS e das Secretarias Estaduais de Assistência Social, dos ICEAS, com objetivo de garantir a
1225 representação desses Conselhos, e visando sua paridade e representação da Secretaria Executiva.
1226 5.3. No primeiro dia da reunião na mesa 1, foram escolhidos como coordenadora e moderador a
1227 conselheira Solange e o conselheiro Anderson, respectivamente, e na relatoria, a conselheira
1228 Zilene. No segundo dia da reunião da mesa 2, foram escolhidos como coordenadora e moderadora
1229 as conselheiras Cátia e Juliana, respectivamente, na relatoria a conselheira Cláudia. O apoio da
1230 Secretaria Executiva será feito pela secretária substituta, Dorinha. A chefe de serviço da
1231 coordenação de política, Carolina, a coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos
1232 Conselhos, Gabriela. E a chefe de serviço da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, Celda.
1233 Solange Teixeira, coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência
1234 Social”. A Conselheira Solange complementou o seu relato, no item 5.2, com as recomendações
1235 sobre Roraima estando resolvidas, com o governo assumindo os custos das passagens e diárias
1236 com o representante. Que o contato com o gestor da Secretaria Estadual do governo de Tocantins,
1237 devendo ser tirado nesse encontro. A Conselheira Margareth indicou o encaminhamento, incluir

1238 na meta 6, 1.1, incentivar e defender a ação articuladora dos diversos mecanismos e instâncias de
1239 participação social, sendo colocado Fóruns, campanhas, mesas de negociação, diálogo, dentre
1240 outros, mas que essa ação não deveria estar na Comissão de Acompanhamento dos Conselhos e
1241 sim na Comissão de Política, esclarecendo sua colocação. A Conselheira Solange concordou com a
1242 Conselheira Margareth, mas que essa meta estava conforme o Plano de Ação, propondo levar o
1243 item para as duas Comissões. O Conselheiro José Crus observou que a estratégia estava correta,
1244 com os exemplos não coincidindo com a estratégia e devendo ser retirados, com a concordância
1245 da Conselheira Solange. No Item 3 a Conselheira Margareth falou sobre a questão de Roraima e da
1246 representação pelos funcionários públicos, situação que poderia se repetir em outros Estados,
1247 sugerindo que a Comissão, ao invés de submeter à Plenária, deveria ser debatido e emitida uma
1248 Resolução do CNAS para definir a questão dos servidores públicos no Brasil, atendendo o pleito de
1249 muitos Estados e Municípios. O Presidente defendia que esse encaminhamento fosse mais
1250 adequado, com a Resolução nº 237, artigo 7º, trazendo que servidor público, em cargo de
1251 confiança, não deveria assumir representação que não fosse do governo, o que teria que ser
1252 esclarecido. A Conselheira Solange, esclareceu a situação, indicando que precisariam de melhores
1253 esclarecimentos pra fazer um encaminhamento adequado, sem o que não teriam como fazer essa
1254 análise, com o Presidente observando que o encaminhamento da Comissão estava correto. O
1255 Conselheiro José Crus informou ter sido incluído na pauta da Comissão de Política a discussão da
1256 participação e representação dos trabalhadores e usuários, sendo preciso debater essa questão. A
1257 Conselheira Margareth observou que os Coordenadores poderiam conversar e subsidiar uma
1258 Resolução Conjunta entre a Comissão de Política e a Comissão de Conselhos, resolvendo a
1259 questão. A Conselheira Simone sugeriu que a Comissão avaliasse, sendo que muitas vezes não era
1260 preciso mudar a Resolução, mas sim tornar mais clara com orientações, com o Presidente
1261 relatando que já havia passado por essa situação. O Conselheiro Anderson sugeriu uma Reunião
1262 Conjunta para as duas Comissões se reunissem, com a Conselheira Solange indicando que o item
1263 4, era a pauta de setembro, incluindo essa Reunião Conjunta. O Presidente ponderou sobre a
1264 extensa agenda do mês de setembro, com o Conselheiro Anderson sugeriu retirar a reunião com o
1265 CONANDA, que ainda não havia se posicionado, e realizar essa Reunião Conjunta, com a
1266 Conselheira Solange concordando com essa proposta. O Presidente considerou acatado esse
1267 encaminhamento, colocando como o último ponto de pauta das duas Comissões essa discussão
1268 conjunta. Em não havendo mais nenhuma observação, o Pleno considerou aprovado o Relato da
1269 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Item Relato da Presidência Ampliada, pela
1270 Conselheira Luziele: *“Memória da presidência ampliada, agosto de 2014. Conselheiros Edivaldo da*
1271 *Silva Ramos, presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Luziele Tapajós, vice-*
1272 *presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Simone Albuquerque, coordenadora de*
1273 *financiamento e orçamento da Assistência Social, Anderson Miranda, coordenador da Comissão de*
1274 *Política da Assistência Social, Solange Teixeira, coordenação da Comissão de Acompanhamento*
1275 *aos Conselhos de Assistência Social, Alceu Khun, coordenador adjunto da Comissão de Normas da*
1276 *Assistência Social. Secretaria Executiva. Maria Auxiliadora Pereira, Maria do Socorro Cruz, Taís*
1277 *Pereira Braga. Item 1. Relato dos coordenadores das Comissões Temáticas. 1.1. Comissão de*
1278 *Acompanhamento de benefícios e transferência de renda. Solicitação da Comissão de*
1279 *Acompanhamento de benefícios e transferência de renda de reunião extraordinária no dia 08 de*
1280 *setembro, no período da tarde, 14:00 às 18:00, para tratar de critérios de concessão e manutenção*

1281 do Benefício de Prestação Continuada, BPC. Encaminhamento. Recomenda-se a aprovação da
1282 realização da referida reunião. 1.2. Comissão de Política de Assistência Social. Solicitação de
1283 inclusão da reunião plenária do CNAS em data oportuna. A discussão sobre o pacto federativo. 1.3.
1284 Reunião conjunta da Comissão de Política e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. A partir
1285 das contribuições dos integrantes das referidas comissões em relação as reuniões regionais do
1286 CNAS com o CEAS, a presidência ampliada recomenda os seguintes encaminhamentos: ajustes da
1287 programação pra reunião da região norte. Anexo 1. Convidar o DGSUAS/SNAS para apresentar o
1288 contexto de definição dos pactos de aprimoramento da gestão estadual e do DF, da gestão
1289 municipal. Item 2. Reuniões trimestrais do CNAS, CONCEAS e CAS/DF. Essa reunião está prevista
1290 para o dia 12 de setembro. Encaminhamentos. 2.1. A presidência ampliada recomenda a seguinte
1291 programação: 09:00 às 10:30 abertura. 10:30 às 11:00 apresentação do indicador de
1292 desenvolvimento de Conselhos. 11:00 às 12:00 debate. 14:00 às 15:00 o marco regulatório das
1293 organizações da sociedade civil, o que foi aprovado e os principais destaques. 15:00 horas às 15:30
1294 debate. 15:30 às 17:00 apresentação e metas de prioridades das Comissões temáticas do CNAS até
1295 dezembro de 2014. Comissão de Política, Financiamento, Normas e Conselhos. 17:00 horas às
1296 17:30 encaminhamento e encerramento. 2.2. Enviar convite ao CEAS e CAS/DF, convidando os
1297 conselheiros e o Secretário Executivo, informando que o CNAS custeará a vinda de dois
1298 conselheiros, um do governo e um da sociedade civil, de preferência o presidente e o vice
1299 presidente, esclarecendo que o representante da Secretaria Executiva poderá participar da referida
1300 reunião, entretanto, se as despesas ocorrerem as expensas do Estado. 2.3. Enviar convite a SNAS
1301 para apresentação do indicador do desenvolvimento e de Conselhos. 2.4. Enviar convite a
1302 Secretaria Geral da Presidência da República para apresentação do marco regulatório das
1303 organizações da sociedade civil. Item 3. Reunião descentralizada e ampliada do CNAS. A reunião
1304 descentralizada e ampliada do CNAS estava prevista para os dias 09, 10 e 11 de setembro.
1305 Considerando a impossibilidade de realização dessa reunião em setembro, a presidência ampliada
1306 recomenda encaminhamentos 3.1 – o indicativo da reunião descentralizada e ampliada do CNAS
1307 ocorrerá na região nordeste... ocorrer na região nordeste em novembro de 2014. 3.2 – que a
1308 Secretaria Executiva do CNAS proceda consulta ao CEAS e gestores estaduais da região nordeste,
1309 sobre o interesse em sediar e apoiar a realização do referido evento. 2.3 – a reunião ampliada
1310 definirá a programação da reunião descentralizada e ampliada, na 226ª reunião ordinária do
1311 CNAS, em setembro. Item 4. Início das discussões sobre a 9ª Conferência Nacional da Assistência
1312 Social... perdão. 10ª Conferência Nacional da Assistência Social 2015, a ser convocado em caráter
1313 extraordinário. Encaminhamentos. A Conselheira Simone fará um sumário executivo sobre as
1314 Conferências nacionais para encaminhamento aos conselheiros do CNAS. Votar na plenária do
1315 CNAS de setembro um painel com o tema, As Conferências Nacionais – o que discutir e com quem
1316 discutir, tendo como convidados os palestrantes, professor Leonardo Avritz, o professor Edival
1317 Bernardino, representação do MDS, FONCEAS e CONGEMAS. Item 5. Comissão de ética do CNAS.
1318 Encaminhamento. Recomenda-se que a Comissão se reúna no dia 09 de setembro, às 16:00 horas,
1319 para instalação da Comissão e definição do coordenador e coordenador adjunto. Item 6.
1320 Publicação da resolução CNAS número 23, de 04 de agosto de 2014, proposta orçamentária de
1321 2015. Considerando que Coordenação de Financiamento constatou diferença entre o valor
1322 aprovado pela resolução do CNAS, sobre a proposta orçamentária de 2015, e o respectivo anexo,
1323 aprovado 44 bilhões 818 milhões e 405 mil e 257 reais, em função de acerto na soma do conjunto

1324 de ações realizadas pela SNAS, 44 bilhões 722 milhões 348 mil e 552 reais, foi feita uma consulta a
1325 presidência ampliada sobre a questão, visando ter anuência da mesma para que a resolução
1326 publicada no Diário Oficial da União constasse o valor correto, ou seja, 44 bilhões 722 milhões 348
1327 mil 552 reais. Item 7. Solicitações recebidas. 7.1. O senhor Marcílio Marquesine Ferrari,
1328 responsável pelo núcleo de educação à distância, NEAD, da Secretaria de Avaliação e Gestão da
1329 Informação, SAGI, enviou e-mail informando que o Departamento de Informação e Disseminação
1330 da SAGI, no âmbito de suas atribuições, está implantando o núcleo de educação à distância, NEAD,
1331 cujo objetivo principal é fornecer curso a todos os públicos que atuam com as políticas e
1332 desenvolvimento social implementadas pelo MDS, informa que o NEAD visualizou oportunidade de
1333 disponibilizar o conteúdo do caderno de orientações aos Conselhos de Assistência Social para o
1334 controle social do Benefício de Prestação Continuada, BPC, Programa Bolsa Família, PBF, e
1335 benefícios eventuais, da Assistência Social, em AVA, do MUDLO, no servidor do MDS, a partir de
1336 construção de adaptações necessárias, divisão de conteúdo em módulos, construção de exercícios,
1337 fóruns, adequação da linguagem para educação à distância. A ideia é disponibilizar, para todos os
1338 conselheiros de assistência social do Brasil, de acordo com a capacidade de oferta do núcleo,
1339 esclarece que como o caderno já está com uma linguagem bem acessível e muito bem
1340 diagramado, acredita-se que requererá pouco tempo de dedicação para adaptação. Nesta
1341 perspectiva, o NEAD solicita uma reunião, num primeiro momento, com a Secretaria Executiva do
1342 CNAS. Encaminhamento. Recomenda-se confirmar reunião da Secretaria Executiva do CNAS com a
1343 SAGI, com a recomendação de que se adeque o material institucional em plataforma acessível para
1344 pessoas com deficiência. 7.2. O Conselho Municipal de Assistência Social, CMAS, de Garanhuns,
1345 Pernambuco, enviou e-mail solicitando informação quanto ao entendimento do CNAS a respeito de
1346 membro de ente privado ser conselheiro e apresentar no Conselho Municipal de Assistência Social.
1347 E traz o exemplo vivido no CNAS. A Associação de Deficientes Visuais do agreste de Pernambuco,
1348 ADEVAMP, tem assento no Conselho Municipal de Assistência Social de Garanhuns, e apresentou
1349 um projeto para ser deliberado pelos conselheiros, que aprovaram, por entender que essa
1350 associação é a única no município que dá suporte as pessoas com deficiências visuais. Mas a
1351 Secretaria de Assistência Social diz que a associação deve renunciar ao assento no Conselho para
1352 poder apresentar o projeto. O Conselho Municipal de Assistência Social solicita orientação do CNAS
1353 a respeito. Encaminhamento. Recomenda-se responder ao CNAS que não é competência dos
1354 Conselhos de Assistência Social aprovar projetos avulsos, e sim definição de critérios de partilha de
1355 recursos para implementação do SUAS, conforme preconiza a NOB/SUAS 2012 em seu artigo 121,
1356 que afirma que as ações dos Conselhos de Assistência Social deve observar um elenco de
1357 atribuições precípuas, propondo que o Conselho Municipal de Assistência Social proceda a
1358 discussão e a definição de regras claras de sua atuação, condizente com as normativas vigentes,
1359 visando planejamento de suas ações de forma a garantir a consecução das atribuições e o exercício
1360 do controle social da assistência social. 7.3. A senhora Rita Cristina Alfaia, enviou e-mail ao CNAS
1361 solicitando audiência com o presidente ou vice presidente do CNAS, para tratar sobre a avaliação
1362 do estágio atual do SUAS, dando ênfase ao trabalho desenvolvido pelos trabalhadores do SUAS. De
1363 acordo com a solicitante, o município de Assis, São Paulo, constitui de um grupo de trabalho de
1364 municípios com objetivo de desenvolver estudo e aprofundamento teórico e prático sobre a política
1365 de assistência social, e gostaria de ouvir uma fala dos grandes deliberadores dessa política.
1366 Encaminhamento. Recomenda-se que o Presidente do CNAS atenda ao pedido da audiência na

1367 semana da plenária de setembro. 7.4. A Organização Nacional de Cegos do Brasil, ONCB,
1368 encaminhou ofício número 99/2014, no qual propõem modificação dos parâmetros inicialmente
1369 adotados para validação do instrumental de funcionalidade brasileiro para concessão de
1370 aposentadoria especial de pessoas com deficiência, desenvolvido por grupo de trabalho
1371 interministerial, ano de 2013, com intuito de regulamentar a lei regulamentar 142/2013. Ressalta
1372 que tanto a Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiências da ONU, quanto a lei
1373 complementar 124/2013 define a deficiência, pra efeito das normas protetivas dos direitos das
1374 pessoas com deficiência, como sendo atributo de determinada pessoa, a qual ao interagir com as
1375 barreiras estruturais, urbanísticas, atitudinais, a comunicação, além de outras, seja impedida, ou
1376 tenha dificuldade de desfrutar de tudo que houver na sociedade, em todo e qualquer espaço,
1377 ambiente, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas. A ONCB afirma que há
1378 inadequação da metodologia adotada no instrumento até aqui conhecido, e leva a concluir que,
1379 para que aqueles que estão gerindo o trâmite de validação do instrumento, todas as pessoas com
1380 deficiência, sem qualquer exceção, são deficientes cognitivos, e devem ser aposentados por
1381 invalidez, porque como, ao ingressarem no mercado de trabalho, não tinham deficiências, haja
1382 vista que se tivessem, não seriam admitidas. Só se pode concluir que as deficiências diagnosticadas
1383 foram contraídas durante o pacto laborativo. A ONCB ainda traz um breve relato sobre a
1384 metodologia adotada no instrumento. E por fim, solicita a análise do documento pugnando por
1385 adoção das providências necessárias para reformulação do instrumental atualmente utilizados
1386 pelos peritos do INSS, visto que, em permanecendo sua utilização, milhares de brasileiros com
1387 deficiência terão seus direitos violados. Encaminhamento. Recomenda-se enviar a demanda para a
1388 SNAS/MDS solicitando parecer sobre o assunto, e após manifestação da SNAS, a presidência
1389 ampliada definirá o encaminhamento. 7.5. O Conselho Estadual de Assistência Social de Santa
1390 Catarina enviou ofício número 204/2014/CES/Santa Catarina, o qual informa que, por meio do
1391 ofício número 15, o Fórum Municipal Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis, FPPF,
1392 encaminhou documentação informando sobre denúncia anônima, que foi apresentada ao
1393 Ministério Público sobre possíveis irregularidades da candidatura do fórum para composição do
1394 CMAS Florianópolis, fato esse que culminou na não realização da eleição da sociedade civil no
1395 referido Conselho. Conforme ofício de defesa do fórum permanente de políticas públicas de
1396 Florianópolis ao Ministério Público, e que consta nos documentos encaminhados a este Conselho, o
1397 fórum constituiu-se, primordialmente, de representantes de entidades que compõem a rede de
1398 serviços sócio assistenciais, de usuários da política de assistência social, e de entidades e
1399 representantes de trabalhadores. Conforme ocorrido nos dois processos eleitorais anteriores, o
1400 fórum indicou o representante de usuários da mesma forma, encaminhando sua inscrição no
1401 processo eleitoral CMAS Florianópolis, gestão 2014/2016. O que o CEAS verificou nesse processo
1402 foi quanto a forma de inscrição do fórum, que se equivocou inscrevendo-se como organização de
1403 usuários, ao invés de fazê-lo como representação. O que de fato veio a inviabilizar a sua
1404 candidatura, já que não é constituído juridicamente, por não possuir CNPJ, ou estatuto, e sim carta
1405 de princípios. Na defesa do fórum, o CEAS menciona resolução CNAS número 24 de 2006, que
1406 regulamenta o entendimento acerca de representantes de usuários e de organizações de usuários
1407 da Assistência Social. O fórum solicita que o CEAS se manifeste sobre a legalidade na candidatura
1408 dos fóruns, na eleição da sociedade civil para compor os Conselhos de Assistência Social, no
1409 segmento de usuários, e a resolução CNAS número 33/2012 NOB/SUAS, que estabelece na seção 3

1410 a participação dos usuários no SUAS. Por fim, o CEAS se posiciona como legítima a candidatura do
1411 referido fórum, e solicita maiores esclarecimentos e orientações do CNAS, tendo em vista a grande
1412 repercussão dessa situação em Florianópolis, e que pode vir a ser demanda de outros municípios.
1413 Encaminhamento. Recomenda-se que seja elaborada a resposta ao CEAS informando que esse
1414 assunto deve ser tratado no âmbito do Conselho Municipal, observando, no que couber, as
1415 normativas emanadas pelo CNAS. Pairando dúvida, deve-se recorrer ao Ministério Público. Item
1416 7.6. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, 12ª Promotoria de Justiça da Comarca
1417 de Moçoró, enviou ofício número 0284/2014/12/TJM, ao CNAS, o qual encaminha relato constante
1418 do item 4.3.6, de estudo elaborado pelo Centro de Apoio aos Promotores da Infância e Juventude,
1419 CAUPI, junto ao sistema sócio assistencial de Serra... Serra no Mel? Serra do Mel, Cadó... do Mel,
1420 não é? Serra do Mel, Rio Grande do Norte, informando acerca da completa ausência do governo e
1421 do Estado do Rio Grande do Norte no cofinanciamento das ações do SUAS, assim como nas suas
1422 demais responsabilidades para encaminhamento e adoção das medidas que entenderem
1423 pertinentes. Encaminhamento. Recomenda-se elaborar resposta ao Ministério Público enfatizando
1424 sua atribuição de ajustar condutas, visando complemento da execução da política pública de
1425 Assistência Social, e propor que aquela promotoria analise as diretrizes e normas já instituídas
1426 acerca da matéria, e proponha um instrumento dessa natureza ao Estado do Rio Grande do Norte.
1427 8. Item 8. Convite. 8.1. O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS de Votuporanga, São
1428 Paulo, enviou e-mail informando que realizará capacitação para os conselheiros municipais e a
1429 rede socioassistencial do município, e convida a vice presidente do CNAS para participar do
1430 referido evento, nas possíveis datas da capacitação, 18 e 19 de setembro de 2014, ou 26 de
1431 setembro de 2014. Encaminhamento. Recomenda-se solicitar maiores informações sobre o evento,
1432 tendo em vista os critérios para participação do CNAS. 8.2. O Ministério do Desenvolvimento Social
1433 e Combate à Fome, MDS, por meio da Secretaria Nacional da Assistência Social, departamento de
1434 benefícios assistenciais, enviou convite ao presidente do CNAS para participar da reunião técnica
1435 sobre a inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único, que ocorrerá nos dias 26 e 27 de
1436 agosto de 2014, em Brasília. Encaminhamento. Recomenda-se que o CNAS seja representado pelo
1437 presidente ou vice-presidente. 8.3. O Ministério da Saúde enviou ofício circular número
1438 113/2014/GAB/SV SMS, o qual convida o CNAS para compor a mesa de abertura do Seminário
1439 Nacional de Controle de Tuberculose entre as populações mais vulneráveis, e solicita a indicação de
1440 representantes para participarem do evento, que será realizado do dia 16 a 18 de setembro, em
1441 Brasília/DF. Encaminhamento. Recomenda-se que o CNAS seja representado pelo conselheiro
1442 Anderson Miranda. 8.4. O Conselho Estadual de Assistência Social da Bahia, CES/BAHIA, e a
1443 Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza, estará sediando a 30ª reunião do
1444 fórum nacional de Assistência Social... não é fórum nacional de Assistência Social aqui não, tá
1445 gente? Corrigir. Fórum Nacional dos Conselhos de Assistência Social, FONACEAS, a ser realizado no
1446 período de 02 a 05 de setembro de 2014, no Hotel Monte Pascoal, Salvador/Bahia. Aí convida o
1447 CNAS para proferir palestra de abertura com o tema central da 30ª reunião, controle social da
1448 política pública de assistência social, no dia 02 de setembro, às 15:00 horas. Encaminhamento.
1449 Recomenda-se que o CNAS seja representado pelo presidente. 8.5. A Organização Nacional dos
1450 Cegos do Brasil, ONCB, convida o CNAS, na pessoa do conselheiro Alceu Khun, para participar do
1451 seminário on line, cujo tema a ser discutido será, Participação e Controle Social no Brasil - a
1452 importância do envolvimento no segmento de pessoas com deficiência visual nos Conselhos, no dia

1453 20 de setembro, sábado, das 20:00 às 22:30. Encaminhamento. Recomenda-se que o CNAS seja
1454 representado pelo conselheiro Alceu Khun. 8.6. O Conselho Municipal de Assistência Social do Rio
1455 de Janeiro convida o CNAS para compor a mesa de abertura do 1º Colóquio Municipal de Controle
1456 Social – 18 anos do Conselho Municipal de Assistência Social, CMAS, Rio de Janeiro. O referido
1457 evento acontecerá no dia 25 de agosto no Rio de Janeiro. Encaminhamento. Recomenda-se que o
1458 CNAS seja representado pelo presidente ou vice presidente. 9. Informes. 9.1. A senhora Silvia
1459 Helena, do Tribunal de Contas da União, enviou e-mail informando que o curso de controle
1460 exercido por Conselhos de Assistência Social continua em andamento, e tem mais de 6.500 pessoas
1461 participando, sendo que mais de 1.300 foram aprovadas. Informa ainda que as inscrições nos
1462 fóruns tem sido muito interessantes e proveitosas para os participantes. Solicita a divulgação
1463 dessa ação educacional no Facebook do CNAS, e de outras formas que julgarem convenientes.
1464 Esclarece que, caso o CNAS necessite de algum texto de apoio, ou mais informações, o TCU está à
1465 disposição. 9.2. A coordenadora técnica da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos,
1466 Gabriela Teixeira da Silva Moraes, participou de reunião com representantes da SAGI, e outras
1467 Secretarias do MDS, representando a Secretaria Executiva do CNAS, para tratar da iniciativa
1468 brasileira de aprendizagem, por um mundo sem pobreza, (01:04:03), no dia 06 de agosto, às 10:00
1469 horas. Conforme relatório, a WWT, desenvolve ações voltadas para a difusão de experiências, boas
1470 práticas e inovações em programas sociais brasileiros. A iniciativa tem como foco principal
1471 prospectar, documentar e divulgar inovações e conhecimentos sobre as tecnologias sociais
1472 brasileiras de gestão, desenho e implementação de políticas e programas nas áreas de
1473 desenvolvimento social, inclusão produtiva e superação a pobreza. WWT é uma parceria do Bando
1474 Mundial do Centro Internacional de Políticas para o crescimento inclusivo, IPC, do PENUD, do IPEA
1475 e do MDS. O principal de comunicação é web site, www.wwt.org.br. Após a apresentação do
1476 projeto citado, foi proposto que a SNAS e CNAS levantassem materiais já produzidos no prazo de
1477 até 31 de agosto, sobre os principais temas da política nacional de assistência social, SUAS, seus
1478 serviços, benefícios, e controle social, que mostra como fazer a política, o SUAS, etc. Ao CNAS foi
1479 solicitado a realização de levantamento de materiais já produzidos do tema controle social, não
1480 havendo impedimento de sugestão de outros temas que o Conselho considere interessante
1481 disseminar internacionalmente. Foi ressaltado que os documentos devem ter um teor político
1482 técnico explicativo de como fazer, e não teor publicitário, tendo cuidado de colocar o indicativo da
1483 fonte. 9.3. Manifesto pela mesa permanente de negociação do SUAS e implementação dos planos
1484 de carreira, cargos e salários no SUAS, apresentado pelo fórum estadual de trabalhadores e
1485 trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo, conforme anexo 2.
1486 Encaminhamento. Recomenda-se o encaminhamento de cópia de manifesto a SNAS, MDS, e a
1487 Comissão de Política. Recomenda-se a leitura do manifesto anexo 2. Item 10. Pauta do 226ª
1488 Reunião Ordinária do CNAS, anexo 3. Edivaldo da Silva Ramos, presidente do CNAS, e Luziele
1489 Tapajós, Vice-Presidente do CNAS. A Conselheira Luziele cumprimentou a Coordenadora Nacional
1490 do FONACEAS, Sra. Ângela Gonçalves, do Conselho Estadual da Bahia, dando-lhe as boas vindas,
1491 com o Presidente unindo-se a essa saudação e também aos demais presentes. A Secretária-
1492 Executiva Substituta indicou os convidados presentes, com seis representantes do COMAS, de São
1493 Paulo, Sres. Cláudia da Silva, Daniel Silva, Carlos Nambu, Suzana Almeida, Daiane, e Marília.
1494 Representantes do CONSEAS São Paulo, Maria Silvia Coviello; Representante do MDS, Pedro
1495 Souza; Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, Marina

1496 Azevedo; e, Representantes do CIEE, Ricardo e Rodrigo. Não havendo nenhum destaque, a
1497 Conselheira Luziele passou para o Anexo 1 com a programação com as mudanças que foram
1498 conversadas na Presidência Ampliada: *“Programação. Reunião regionais do CNAS, CONSEAS e*
1499 *CAS/DF. No caso, Belém do Pará, que é a primeira, 21 e 22 de agosto. 21 de agosto, mesa 1,*
1500 *principais dificuldades e avanços do CEAS, considerando as especificidades e particulares regionais,*
1501 *conforme orientações contidas na carta do CNAS, de 06 de agosto de 2014. 09:00 horas, abertura e*
1502 *explanção sobre a programação. 10:00 horas, relato do CEAS. Demandas sobre as dificuldades e*
1503 *avanços. 14:00 horas, continuação dos relatos. 15:30 debate ampliado, considerando os dados do*
1504 *CENSO SUAS e vigilância sócio assistencial. Dia 22 de agosto, mesa 2, análise e avaliação dos*
1505 *pactos de aprimoramento de gestão estadual da região norte, e o papel do CEAS no apoio do CNAS*
1506 *no controle social do SUAS. 09:00 horas, o que são pactos de aprimoramento de gestão estadual e*
1507 *do DF municipal. 09:40, debates. 11:00 relato dos Conselhos sobre o acompanhamento das metas*
1508 *dos pactos de aprimoramento da gestão municipal e estadual. 14:00 horas, avaliação da ação do*
1509 *controle social do âmbito da avaliação dos pactos de aprimoramento da gestão municipal,*
1510 *estadual e do DF. Situação atual, ideias e iniciativas para o aprimoramento. 15:30, os Conselhos de*
1511 *Assistência Social, CAS, exercendo o controle social do Programa Bolsa Família, PBF, resolução*
1512 *CNAS 15 de 2014”*. A Conselheira Solange sugeriu retirar o nome mesa, que trazia mais
1513 formalidade, sugerindo mudar para painel, oficina, ficando primeiro e segundo eixo. No Item Das
1514 reuniões trimestrais, a Conselheira Cadó indicou a programação de 10h30 às 11h, com
1515 apresentação do Indicador de Desenvolvimento de Conselhos, o ID Conselhos, o que ainda não
1516 havia sido apresentados para a Comissão de Acompanhamento de Conselhos, sendo importante
1517 que os mesmos fossem discutidos e depois apresentados aos demais Conselhos. Sugeriu que fosse
1518 retirada essa apresentação do ID e colocada na próxima pauta da Comissão de Acompanhamento
1519 aos Conselhos. O Conselheiro Tiago cumprimentou equipe técnica, em especial a Sra. Daiane, do
1520 município de São Paulo. Na programação, das 15h30 às 17hs, apresentação das metas e
1521 prioridades das Comissões Temáticas do CNAS até dezembro de 2014, indagou se eram as que
1522 haviam sido fechadas nas Comissões. A Conselheira Solange observou que seria importante fazer a
1523 discussão sobre os indicadores, já que fazia parte da pauta da reunião trimestral do dia 12. A
1524 Conselheira Simone falou sobre a questão, sugerindo que poderiam apresentar e coletar
1525 sugestões dos Conselhos Estaduais e que poderiam servir de subsídio para a Comissão discutir
1526 internamente, colocando sua equipe à disposição para essa discussão. A Conselheira Cadó
1527 destacou sua posição, sendo favorável a que conhecessem o tema antes de seguir trabalhando,
1528 recebendo as informações antecipadamente e chegar na reunião da Comissão conhecendo o tema
1529 e retirando sua proposta. O Presidente manifestou que gostaria de discutir com os membros da
1530 Presidência Ampliada o item da programação, das 15h30, Apresentação dos Planos, que poderia
1531 suscitar um debate bastante amplo, encontrando pequeno o tempo colocado e sugerindo que o
1532 tema fosse apresentado na trimestral de dezembro, e deixando o período apenas para discussão
1533 do marco regulatório, o que foi acatado pelo Pleno. No item 5. Comissão de Ética, o Conselheiro
1534 José Crus sugeriu incluir na pauta do próximo Pleno, o que foi acatado. No item 7.4, a Conselheira
1535 Carmen falou sobre o Ofício relativo à aposentadoria especial para portadores de deficiência e as
1536 diversas sugestões feitas sobre a questão. Sugeriu que fosse solicitado que a Secretaria da
1537 Previdência encaminhasse esses dados e os avanços realizados, ressaltando que esse instrumento
1538 havia sido alterado, levando em consideração o instrumento de funcionalidade brasileira. O

1539 Presidente informou que o CEBEM havia encaminhado esse Ofício dia 24 de julho de 2014,
1540 esclarecendo o que havia sido levando em consideração pelo INSS, acontecendo um evento em
1541 Goiana em que os analistas e assistentes sociais de uma das regionais do INSS, haviam formulado
1542 uma ação para reavaliar esse instrumental. Que haviam solicitado que uma entidade também
1543 encampasse esse debate, com a ONCB encaminhando esse ofício para o CNAS e outros Conselhos.
1544 Que a Presidência Ampliada havia proposto o encaminhamento de solicitar à Secretaria Nacional
1545 um estudo pra poder subsidiar a Comissão. A Conselheira Simone observou que segundo as
1546 informações da Conselheira Carmen havia trazido outros elementos relatando que esse assunto já
1547 havia sido pacificado dentro do governo, solicitando que se informassem melhor sobre a questão,
1548 solicitando informações para a Presidência da República, Ministério da Previdência, retirando esse
1549 item até ter maiores informações. O Presidente observou que alterariam o encaminhamento, de
1550 ao invés de ser para SNAS, ser para o Ministério da Previdência e para a Presidência da República.
1551 No item 7.5. o Conselheiro Thiago indicou o texto, “organizações de usuários, ao invés de fazê-lo
1552 como representação, o que de fato vem a inviabilizar sua candidatura, já que não é constituído
1553 juridicamente, por não possuir CNPJ ou estatuto, e sim uma carta de princípios”, propondo a
1554 retirada dessa frase “ por não possuir CNPJ”. O Presidente observou ser um documento recebido
1555 de outro organismo, mas que registrariam essa colocação do Conselheiro Thiago, com a
1556 Conselheira Luziele sugerindo fosse colocado entre parênteses, o que foi acatado. O Presidente
1557 indicou o destaque no item 3, a respeito do manifesto entregue no dia 09, sábado, na reunião do
1558 Fórum em Assis/SP, com a Conselheira Luziele procedendo à sua leitura: *“Fórum Estadual de
1559 Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo. Instituído em
1560 18 de junho de 2011. Manifesto pela mesa permanente de negociação do SUAS e implantação dos
1561 planos de carreira, cargos e salários no SUAS. O Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS
1562 em São Paulo debateu no seu último encontro, 10º, realizado em São Paulo, no dia 22 de março de
1563 2014, a precarização do trabalho na Assistência Social, tendo como foco as situações de assédio
1564 moral, e as precárias condições de trabalho que prejudicam a saúde, causam adoecimento de
1565 trabalhadores e trabalhadoras nos equipamentos públicos e privados na rede SUAS. Diante das
1566 diversas situações vividas por nós trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, nas atuais condições de
1567 gestão e prática de trabalho na assistência social, manifestamo-nos abaixo. A política nacional de
1568 assistência social 2004 foi estabelecida como reconhecimento público a desigualdade social,
1569 histórica e perversa que existe no Brasil, visando garantir acesso mínimo a direitos sociais, e a
1570 segurança de vida de famílias e pessoas em vulnerabilidade econômica e social, sendo do Estado a
1571 primazia da responsabilidade de sua condição. Sabemos que a principal matéria prima para
1572 realização efetiva desta política pública de assistência social são as suas trabalhadoras e
1573 trabalhadores, no contexto de uma regulamentação legal que defina direitos e deveres. Sabemos
1574 também que os desdobramentos do sistema capitalistas nas relações e vínculos de trabalho tem
1575 produzido efeito de desregulamentação e conseqüente precarização do mundo do trabalho para
1576 uma grande parcela dos trabalhadores impedindo a efetiva realização do papel autônomo do
1577 trabalhador. Em 2006 o Conselho Nacional da Assistência Social aprovou a norma operacional
1578 básica de recursos humanos, prevendo a exigência mínima para executar o serviço para a
1579 população, bem como regulamentações para a gestão do trabalho das equipes, capacitação, plano
1580 de carreira, cargos e salários, entre outros, visando sua qualificação e adequação. Segundo a
1581 NOB/RH do SUAS, deverão ser instituídos os planos de carreira, cargos e salários, PCCS, em cada*

1582 esfera de governo, para os trabalhadores do SUAS na administração direta e indireta, entendidos
1583 como serviços de entidades públicas e privadas. Os PCCS, entre outros elementos, são acordos
1584 entre gestores e trabalhadores em prol da qualidade dos serviços do profissionalismo e da garantia
1585 pelos empregadores da condição necessária a realização do serviço, programas, projetos e
1586 benefícios da assistência social, portanto um compromisso solidário para sua efetivação. Deverão
1587 possuir mecanismos legítimos de estímulo, propiciando vantagens financeiras. Deverão estimular...
1588 devem estimular o constante aperfeiçoamento, a qualificação e a formação profissional.
1589 Abrangem todos os trabalhadores do SUAS, devem ser únicos, com isonomia em cada esfera.
1590 Acrescentamos, viabilizar equiparação salarial entre trabalhadores da esfera pública e privada. E
1591 ainda, a Conferência Nacional de 2011 deliberou pelo imediato estabelecimento da mesa de
1592 negociação permanente do SUAS para discussão de gestão do trabalho e imediata criação de um
1593 comitê de trabalho pra discussão e elaboração das diretrizes para os planos de cargos, carreira e
1594 salário do SUAS, de forma a contemplar todos seus trabalhadores. Em 2013, na última conferência
1595 nacional, foi instituída a mesa nacional de gestão do trabalho para diálogo e negociação entre
1596 gestores e trabalhadores do SUAS, com objetivo de discutir a qualificação dos serviços, programas,
1597 projetos e benefícios, e valorização dos profissionais que atuam no sistema, porém não foi indicado
1598 uma criação de comitê, comissão, para início dos trabalhos de discussão e elaboração de planos e
1599 cargos, carreira e salário do SUAS. Predomina no SUAS as mais precárias condições de trabalho,
1600 estrutura física, materiais, valorização profissional, sofrimento pelos profissionais por assédio
1601 moral, e falta de estabilidade para a maioria dos seus trabalhadores que acabam por ser a causa
1602 do adoecimento de trabalhadores e trabalhadoras. Convivemos e suportamos em condições de
1603 limites, administrações públicas e privadas patrimonialistas, deformadoras e violadoras da política
1604 dos direitos do trabalhador. Sem a definição e exigência da promoção das condições que valorizem
1605 e reconhecem e qualifiquem os trabalhadores para o trabalho social, não vislumbramos uma
1606 política mais efetiva de assistência social para a população. Assim, o FAT SUAS São Paulo, no seu
1607 1º Encontro de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS São Paulo, vem manifestar-se pelo
1608 imediato cumprimento da deliberação da conferência, reafirmando a necessidade de ações
1609 imediatas para o estabelecimento dos PCCS no SUAS no âmbito federal, dos Estados e dos
1610 municípios. Quanto mais qualificados os servidores e trabalhadores da assistência social, menos
1611 sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos da pressão política e de
1612 cooptação nos espaços institucionais, conferindo qualidade e consistência teórica, técnica e
1613 política ao trabalho realizado”. A Conselheira Margareth parabenizou os trabalhadores de São
1614 Paulo, que tinham legitimidade para trazer essa situação, lamentando que essa carta viesse do
1615 estadual e não do próprio nacional. Registrou que o MDS já havia enviado um ofício para o Fórum
1616 Nacional, pedindo inclusive as representações, havendo solicitação da extensão de prazo para a
1617 indicação das entidades que comporiam a mesa de negociação, discorrendo sobre a péssima
1618 situação dos trabalhadores e a necessidade de resolução desse problema. A Conselheira Simone
1619 informou ter sido instituída na Conferência Nacional de Assistência Social a mesa nacional de
1620 gestão do trabalho, com o MDS tendo encaminhado uma carta para o Fórum Nacional dos
1621 Trabalhadores para que indicassem representantes da mesa. Solicitou aos representantes da
1622 bancada dos trabalhadores que mediassem e mandassem os representantes para se instituir a
1623 mesa, comprometendo-se para resolver essa situação antes de o governo acabar. O Conselheiro
1624 José Crus sugeriu que o manifesto fosse enviado para a Secretaria de Estado de São Paulo, por se

1625 responsabilidade de todos os entes. A Conselheira Margareth observou que o CNAS deveria
1626 encaminhar para o Fórum Nacional dos Trabalhadores, considerando perigoso enviar para o
1627 governo do Estado de São Paulo, pelo teor das denúncias feitas pelos trabalhadores. O Presidente
1628 entendia que o Fórum já havia encaminhado para o governo local, aproveitando haver uma
1629 representação do CNAS no momento e entregaram para o Conselho Nacional, mas que fariam
1630 todos os encaminhamentos. O Conselheiro José Crus retirou sua proposta de encaminhar para São
1631 Paulo, mas com o Conselheiro Leovane concordando com a proposta de encaminhar,
1632 considerando que as mesas de negociação deveriam ser amplamente realizadas, esclarecendo seu
1633 entendimento quanto ao assunto e concordando com a retirada da proposta do Conselheiro José
1634 Crus. O Conselheiro Anderson sugeriu que esse tema fosse para a CIT, após a instauração da mesa
1635 nacional, o que era solicitado no documento, não trazendo nenhuma outra solicitação. O
1636 Presidente retirou o encaminhamento de comunicação para o governo de São Paulo, mantendo
1637 para o Fórum Nacional, e para a Secretaria Nacional, havendo uma posição contrária a essa
1638 posição, solicitando que os demais procedimentos fossem adotados. Como encaminhamento, o
1639 Presidente indicou o envio para a SNAS e para o Fórum Nacional, acatando a proposta da
1640 Conselheira Simone de o segmento dos trabalhadores do CNAS iniciar um diálogo para fazer as
1641 recomendações. No item 10, a Conselheira Luziele procedeu à leitura da pauta da próxima
1642 reunião: *"Proposta de pauta da 226ª Reunião Ordinária do CNAS. Dia 09 de setembro de 2014.*
1643 *Comissões temáticas. 09:00 às 16:00 reunião da Comissão de Política de Assistência Social, reunião*
1644 *da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, reunião da Comissão de*
1645 *Normas da Assistência Social, reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência*
1646 *Social. 16:00 às 18:00, reunião da presidência ampliada. 10 de setembro de 2014, plenária. 09:00*
1647 *às 09:15, aprovação da ata da 225ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 226ª Reunião*
1648 *Ordinária. 09:15 às 10:30, informes da presidência, Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONCEAS,*
1649 *CONGEMAS e conselheiros. 10:30 às 12:00, apresentação dos procedimentos de diárias e*
1650 *passagens no âmbito do CNAS. Convidado, SNAS. 14:00 às 18:00, painel, Conferências Nacionais de*
1651 *Assistência Social, o que discutir e com quem discutir. Convidados, Leonardo Avritz, Edivaldo*
1652 *Bernardino Campos, MDS, CONGEMAS e FONCEAS. 11 de setembro de 2014. Plenária. 09:00 às*
1653 *10:30, relato da presidência ampliada. 10:30 às 12:00, relato da Comissão de Política da*
1654 *Assistência Social. 14:00 às 15:00 horas, relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos*
1655 *de Assistência Social. 15:00 às 16:00, relato da Comissão de Normas de Assistência Social. 16:00 às*
1656 *17:00, relatos da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 17:00 às 18:00,*
1657 *relato da Comissão de Acompanhamento e Benefícios e Transferência de Renda. Dia 12 de*
1658 *setembro de 2014, reunião trimestral do CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e*
1659 *Conselho de Assistência Social do Distrito Federal". O Presidente indicou que no horário de 16h às*
1660 *18h seria inserida a Reunião da Presidência Ampliada e Reunião da Comissão de Ética. Observou*
1661 *que no dia 08 haveria Reunião da Comissão de Benefício e Transferência de Renda, e dia 12 a*
1662 *Trimestral, que já havia sido registrada. Observou que na indicação de diárias e passagens,*
1663 *deveriam indicar a Secretaria-Executiva do CNAS. A Conselheira Carmen citou o ponto de pauta,*
1664 *de apresentação e processamento de diárias e passagens, solicitando esclarecimentos, com o*
1665 *Presidente esclarecendo que o tema trazia muitas dúvidas demandando tempo para*
1666 *esclarecimentos. A Conselheira Solange indicou observou que na leitura da reunião da Comissão*
1667 *de Acompanhamento aos Conselhos havia sido proposta uma reunião conjunta com a Comissão*

1668 de Política, indagando onde seria encaixada. Que no item 4, da pauta de setembro havia uma
1669 proposta de pauta conjunta com a Comissão de Normas, para tratar da meta 1, estratégia 1.1,
1670 ação B, indagando como seriam encaixadas. O Presidente esclareceu que essa formalização vinha
1671 no relato apresentado conjuntamente, sendo importante que os Coordenadores conversassem
1672 sobre a realização das duas reuniões da Comissão de Conselho, com a de Normas e com a de
1673 Política, solicitando uma posição para fins de registro. O Presidente submeteu o Relato da
1674 Presidência Ampliada para apreciação, sendo aprovado pelo Pleno. Indicou a escolha de titular e
1675 suplente para a representação do CNAS no Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional, sendo
1676 pactuado que a Conselheira Margareth seria a titular e a Conselheira Margarida a suplente. Item
1677 Relato da Comissão de Normas, pelo Conselheiro Alceu: “*Memória da reunião. Comissão de*
1678 *Normas da Assistência Social. Reunião ordinária 006/2014. Data, 12 de agosto de 2014. Horário,*
1679 *09:00 horas às 16:00 horas. Local, Esplanada dos Ministérios, anexo do Bloco F, ala A, sala 115.*
1680 *Conselheiros presentes, Alceu Khun, coordenador adjunto, Carolina Gabas Stuchi, Dulcineia*
1681 *Reginato Francisco, Leia Lúcia Cecílio Braga, Thiago Barbosa Ferreira Cabral. Convidados, Ana*
1682 *Paula Gonçalves, DRSP, SNAS, MDS, Caroline Olivindo, SNAS, MDS, Pedro Masson, DRSP, SNAS,*
1683 *MDS. Ouvintes, Carlos Nambu, COMAS São Paulo, Clodoaldo, Fé e Alegria Brasil, Daniele S Libere,*
1684 *COMAS São Paulo, Maria Glória Batista da Mota, ONCB, Caroline Silva, ESPRO, Valéria Ribeiro,*
1685 *LBV, e a Secretaria Executiva do CNAS, Cristiane Camargo Menezes, Rosângela da Silva Almeida,*
1686 *Douglas Amaro, Esidênio Pereira. A nossa pauta então era composta de três itens, e vamos a*
1687 *leitura então do item, e já com os encaminhamentos. Primeiro item então. Debater a orientação*
1688 *conjunta MDS/CNAS, resolução comentada sobre a inscrição das entidades ou organizações de*
1689 *assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais, nos*
1690 *Conselhos de Assistência Social, de acordo com a resolução CNAS número 14 de 2014. A*
1691 *coordenadora geral de acompanhamento da rede sócio assistencial do SUAS, RDSP, SNAS, MDS,*
1692 *Ana Paula Gonçalves, na reunião da Comissão de Normas do mês de julho de 2014, fez uma breve*
1693 *exposição sobre a elaboração da proposta da orientação conjunta MDS/CNAS, informando que*
1694 *houve a utilização dos apontamentos feitos pela Comissão de Normas no debate, que originou a*
1695 *resolução CNAS número 14 de 2014, bem como nos questionamentos oriundos dos Conselhos de*
1696 *Assistência Social. Informa também que há hiperlinks... só um momentinho... em todas as*
1697 *legislações específicas citadas no documento. E anexo, com comparativo da resolução CNAS*
1698 *16/2010, com a resolução CNAS número 14 de 2014, visando facilitar a compreensão das*
1699 *alterações trazidas pela normativa vigente. O documento preliminar foi encaminhando aos*
1700 *conselheiros da Comissão de Normas, para apreciação e sugestões, sendo que após os*
1701 *apontamentos recebidos, o documento foi sintetizado pela Secretaria Executiva, e pelo DRSP, e*
1702 *encaminhado aos conselheiros. Houve amplo debate do documento da reunião. Encaminhamentos*
1703 *então. A Comissão de Normas da Assistência Social recomenda a plenária: 1.1. Aprovar a*
1704 *orientação conjunta MDS/CNAS, resolução comentada sobre a inscrição das entidades ou*
1705 *organização da assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio*
1706 *assistenciais nos Conselhos de Assistência Social, de acordo com a resolução CNAS número 14 de*
1707 *2014, conforme anexo. Segundo item de pauta. Continuar a análise e debate do plano de ação da*
1708 *Comissão de Normas da Assistência Social. A Comissão de Normas discutiu o plano de ação até a*
1709 *meta 3, fazendo as devidas alterações. Encaminhamentos. A Comissão de Normas da Assistência*
1710 *Social recomenda a plenária: item 2.1. Continuar a debater o plano de ação da Comissão na*

1711 *próxima reunião. Item 3. Definição da pauta para o mês de setembro. Reunião no dia 09 de*
1712 *setembro de 2014. 09:00 horas às 12:00 horas, continuar a análise e o debate do plano de ação da*
1713 *Comissão de Normas da Assistência Social. 14:00 às 16:00 horas, reunião com representante do*
1714 *Ministério da Educação, MEC, e do MDS, com objetivo de debater da possibilidade da criação de*
1715 *um grupo de estudos para a elaboração de critérios na aferição na gratuidade na assistência social*
1716 *para as entidades de educação, levando em conta a equivalência de serviços sócio assistenciais e*
1717 *bolsas de estudo, bem como a definição de usuários que contemple o reconhecimento duplo desse*
1718 *público. Alceu Khun, Coordenador adjunto da Comissão de Normas da Assistência Social”. No item*
1719 *1, o Conselheiro Thiago destacou o trabalho feito pela equipe da Carolina, no MDS, discorrendo*
1720 *sobre o material que havia trazido e que era de fácil entendimento por todos, sendo muito bem*
1721 *elaborado. Falou sobre as dúvidas com relação à aplicação da Resolução nº 14, com a orientação*
1722 *técnica muito bem redatado e agradecendo, também, à Sra. Ana Paula Gonçalves pela sua*
1723 *colaboração. A Conselheira Carolina agradeceu aos Conselheiros que haviam participado do*
1724 *debate, registrando a contribuição da Conselheira Cláudia. Registrou, também, ser uma orientação*
1725 *técnica conjunta entre o MDS e o CNAS, esclarecendo a sua construção e a riqueza do debate*
1726 *realizado. O Presidente indicou a sugestão para o nome desse documento, sendo que após*
1727 *algumas sugestões ficou “Orientação técnica conjunta MDS/CNAS – comentários à Resolução*
1728 *número 14, de 2014”. O Presidente indagou se essa Resolução comentada seria apresentada na*
1729 *Plenária, com o Conselheiro Thiago, em nome da Sociedade Civil, considerando dispensável essa*
1730 *leitura , por ser uma orientação conjunta, não uma Resolução. O Presidente ponderou que se o*
1731 *CNAS aprovasse uma orientação, seria preciso submeter ao crivo do Pleno, que aprovaria tendo*
1732 *conhecimento do seu teor. A Conselheira Carolina esclareceu que o tema havia sido aprovado por*
1733 *ser um ponto da memória, mas se houvesse necessidade de algum destaque, o tema seria*
1734 *retomado. O Presidente indagou se havia a necessidade de leitura da Resolução comentada, com*
1735 *a mesma sendo aprovada pelo Pleno sem necessidade de leitura. No Item 2, o Conselheiro Alceu*
1736 *observou ser ainda o planejamento do Plano de Ação e cujo debate continuaria, por não ter sido*
1737 *esgotado. Em não havendo mais nenhum destaque, o Presidente submeteu o Relato da Comissão*
1738 *de Normas à apreciação, sendo aprovado pelo Pleno. O Presidente, assim como havia*
1739 *cumprimentado a Sra. Gabriela pelo trabalho realizado, registro os agradecimentos também à Sra.*
1740 *Celda pela sua dedicação. A Conselheira Luziele se despediu, informando que à tarde faria um*
1741 *tratamento de saúde, impossibilitando sua participação da reunião. **ENCERRAMENTO.** O*
1742 *Presidente encerrou a reunião, convidando a todos para retornarem às 14h. **ABERTURA.** O*
1743 *Presidente reiniciou a reunião, solicitando à Secretária-Executiva Substituta a conferência do*
1744 *quorum: Conselheiros Titulares: Simone Albuquerque, Maria Lúcia Marquim, Raimunda Nonata*
1745 *Cadó, Alceu Kuhn, Anderson Miranda, Samuel Rodrigues, Clátia Vieira, Edivaldo Ramos; Fábio*
1746 *Moassab Bruni, Dulcineia Reginato Francisco. Conselheiros Suplentes: Carolina Gabas Stucchi,*
1747 *Juliana Piccolli Agatte, Thiago Cabral, Aldenora González, Eufrásia Agizzio, Jucileide Nascimento,*
1748 *Leovane Gregório e Margarida Munguba Cardoso. O Presidente informou a inversão de Pauta,*
1749 *passando para o **Item Relato da Comissão de Financiamento.** Informou alguns compromissos fora*
1750 *do Pleno, passando para a Conselheira o substituir na Presidência Ampliada. A Presidenta-*
1751 *Substituta passou ao Relato: “Reunião da Comissão de Financiamento da Assistência Social.*
1752 *Memória de agosto de 2014. Nós nos reunimos no dia doze de agosto das nove as dezesseis horas,*
1753 *na esplanada do Ministérios, Anexo, 1.º andar, Ala “A”, sala 139. Conselheiros presentes: Simone*

1754 *Aparecida Albuquerque – Coordenadora da Comissão; Fátima Rampin; Samuel Rodrigues; Leovane*
1755 *Gregório, Patrícia Alves Vieira e Carmem Lúcia Lopes Fogaça. Secretaria Executiva do Conselho*
1756 *Nacional presentes: Maria Auxiliadora Pereira, Becchara Miranda, Suzany Gonçalves e Thalita*
1757 *Eleto. Primeiro ponto: Análise do relatório de execução da ação 8249, funcionamento dos*
1758 *Conselhos, exercício 2014, primeiro semestre. A Secretaria Executiva Substituta do CNAS, Maria*
1759 *Auxiliadora Pereira, apresentou relatório da execução orçamentária e financeira da ação oito dois*
1760 *quatro nove, funcionamento dos Conselhos referente ao primeiro semestre de dois mil e catorze. E*
1761 *destacou os seguintes pontos: a Lei 12.952, de 20 de agosto de 2014 Lei Orçamentária Anual,*
1762 *aprovou para o CNAS o orçamento de nove milhões, onze mil quatrocentos e oitenta e três reais.*
1763 *NO que tange a execução orçamentária financeira o quadro anexo, anexo um, demonstra os*
1764 *percentuais de execução da ação oito dois quatro nove relativos aos períodos supracitados. 1.1 -*
1765 *para cumprir sua função institucional de 2014o CNAS realizou: a) quatro reuniões ordinárias,*
1766 *incluindo as reuniões mensais, das quatro comissões permanentes – Comissão de*
1767 *Acompanhamento aos Conselhos Comissão de Financiamento e Orçamento, Comissão de Normas e*
1768 *Comissão de Política, três reuniões da Comissão de Acompanhamento de Benefício de*
1769 *Transferência de Renda, bem como as reuniões plenárias das quais, sendo uma de caráter*
1770 *descentralizado e ampliado, realizado em maio, em Brasília/Distrito Federal, contando com a*
1771 *participação de conselheiros municipais, estaduais e do DF, gestores e trabalhadores, usuários e*
1772 *entidades não governamentais. b) aprovação de vinte e uma resoluções, Resoluções CNAS de 1 a*
1773 *21 de 2014, publicadas no Diário Oficial da União e publicizadas no sítio eletrônico do CNAS. c)*
1774 *alteração do Regimento Interno do CNAS para instituição da Comissão de Monitoramento das*
1775 *Deliberações das Conferências Nacionais, por meio da Resolução número 06/2014. d) aprovação*
1776 *dos parâmetros da proposta orçamentária para assistência social relativa ao exercício de 2015, por*
1777 *meio da Resolução número 12 de 2014. e) foram realizadas duas reuniões trimestrais do CNAS, nos*
1778 *meses de março e de junho com os Conselhos Estaduais e CAS/DF, contando com a participação de*
1779 *cada Presidente e Vice-Presidente dos Conselhos de Assistência Social. f) instalação da assembleia*
1780 *e conclusão do processo eleitoral da sociedade civil do CNAS, gestão 2014 – 2016, instituído pela*
1781 *Resolução número 02/2014. 1.2 – das diárias e passagens: o plano interno (PI) referente as diárias*
1782 *e deslocamentos considerando os valores empenhados e devidamente pagos, teve uma execução*
1783 *de setenta e quatro vírgula nove por cento, na mesma condição de empenho, o pagamento. O PI*
1784 *referente as passagens aérea teve uma execução de sessenta e seis vírgula sete por cento,*
1785 *considerando o limite financeiro disponibilizado. 1.3 – dos contratos: o contrato administrativo*
1786 *número 18, de 2009, com a Empresa Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental – IBEG,*
1787 *que presta serviços de intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, conforme consta no termo*
1788 *de referência do processo número 71010.007525/2008-61, teve a sua vigência encerrada em oito*
1789 *de abril de dois mil e catorze. Dessa forma, já se encontra em fase de comprovação documental o*
1790 *encerramento do trâmite licitatório referente ao processo 71010.000021/2014-68 que trata da*
1791 *celebração de um serviço de intérprete de LIBRAS. A execução dos Pls serviço de LIBRAS e*
1792 *Taquigrafia se dá em conformidade de utilização do serviço dentro do prazo de vigência do*
1793 *contrato das empresas licitadas com o CNAS. 1.4 – análise: a execução apresentada com um*
1794 *percentual de quarenta e dois vírgula sessenta e cinco por cento, decorrido o primeiro semestre do*
1795 *exercício de dois mil e catorze, incluídos os valores empenhados e os devidamente pagos, ocorreu*
1796 *dentro dos padrões da normalidade, considerando para isso, os Pls abaixo identificados, que*

1797 somados representam um percentual aproximado de cinquenta e sete vírgula cinquenta e dois por
1798 cento do orçamento para o ano de dois mil e catorze. Aquisição de estantes deslizantes, o PI de
1799 investimento equipamentos e material permanente no valor de duzentos mil reais que destina-se a
1800 aquisição de estantes deslizantes para organizar o acervo documental do Conselho teve o seu
1801 edital lançado em seis de março de dois mil e catorze. Foi realizado o pregão eletrônico número
1802 dez de dois mil e catorze, encontrando-se agora em fase de homologação. Demais PIs: Os PIs apoio
1803 a espaço democrático de participação, consultoria, encadernação e impressão de material
1804 institucional e manutenção e fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados e do
1805 DF são destinados a apoiar as ações do CNAS, a exemplo das reuniões trimestrais, descentralizadas
1806 e ampliadas. Publicações e materiais de consumo, como por exemplo, blocos de anotações, bolsas,
1807 adesivos e outros. 2 – execução da ação oito dois quatro nove, exercício dois mil e catorze do
1808 CNAS. Assim a execução do CNAS dois mil e catorze teve a seguinte dinâmica: dotação inicial –
1809 nove milhões onze mil quatrocentos e oitenta e três reais. Empenhado – três milhões oitocentos e
1810 quarenta e três mil duzentos e trinta e cinco reais. A liquidar – dois milhões oitocentos e cinco mil e
1811 quatrocentos e quarenta e três reais. Foi pago – um milhão trinta e sete mil e setecentos e noventa
1812 e dois reais. Encaminhamentos: recomenda-se a plenária a aprovação do relatório da ação oito
1813 dois quatro nove, funcionamento dos conselhos, exercício dois mil e catorze, primeiro semestre,
1814 anexo um. Realização de oficinas nas reuniões descentralizadas e ampliadas para apresentação de
1815 boas práticas realizadas pelos Conselhos nas regiões do Brasil. Publicizado o processo de
1816 digitalização realizado no âmbito do CNAS para os estudiosos, professores e trabalhadores da
1817 área. 2 – apresentação do detalhamento aprovado na PLOA 2015 da ação 8249, funcionamento
1818 dos Conselhos, apresentação feita pela Secretária Executiva do Conselho Nacional em acordo com
1819 o encaminhamento aprovado na plenária da 224.ª Reunião Ordinária do CNAS. Apresentar na
1820 próxima plenária aos conselheiros o detalhamento da ação 8249 – funcionamento dos Conselhos.
1821 A Secretária Executiva Substituta do CNAS, Maria Auxiliadora Pereira, apresentou o detalhamento
1822 abaixo, então ela apresentou a proposta orçamentária do CNAS de janeiro a dezembro de 2015.
1823 Descrição: Diárias – hum milhão setenta e um mil e novecentos e noventa e três reais e trinta
1824 centavos; passagens: dois milhões setecentos e vinte e três mil e duzentos reais; adicional de
1825 embarque e desembarque: cento e sessenta e um mil seiscentos e noventa reais; taquigrafia:
1826 setecentos e trinta e um mil cento e oito reais e oitenta e quatro centavos; LIBRAS – oitenta mil e
1827 cem reais; impressão e encadernação de material instrucional: duzentos e vinte e um mil reais;
1828 décima conferência nacional de assistência social – três milhões e quinhentos mil reais;
1829 manutenção e fortalecimento dos Conselhos Municipais, Estaduais e do DF: duzentos e vinte e
1830 nove mil trezentos e noventa reais e oitenta e seis centavos; equipamentos e material permanente:
1831 duzentos mil reais. Apoio a espaço democrático de participação: noventa e três mil reais. Total
1832 geral: nove milhões onze mil quatrocentos e oitenta e três reais. Encaminhamentos: verificar se o
1833 planejamento das comissões está em consonância com o planejamento orçamentário da ação
1834 8249, após sua consolidação. 3 – plano de ação da comissão de financiamento e orçamento:
1835 revisão do plano de ação da comissão. O plano foi debatido e revisado pela comissão com o
1836 objetivo de estabelecer as metas prioritárias a serem alcançadas no exercício de 2014. Metas
1837 priorizadas pela comissão: meta 1 – discutir o Plano Orçamentário, Plano Plurianual, Lei de
1838 Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual nas três esferas de governo. Ação; discussão do
1839 cofinanciamento na ótica do orçamento público, enfatizando a elaboração de emendas

1840 parlamentares. Encaminhamentos da meta 1 – solicitar ao Fundo Nacional de Assistência Social o
1841 envio das orientações em relação a elaboração de emendas parlamentares. O período que a gente
1842 vai fazer isso é setembro e outubro de 2014, Analisar o material produzido pelo Fundo e em
1843 outubro apresentar na Câmara Federal. Propor a Plenária que seja realizado um debate em
1844 conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social. Aqui tem um errinho, não é
1845 Bech. Meta 2 – Não é a meta 3 do nosso plano de ação. Obrigada Bech. Desenvolver plano de
1846 desenvolvimento de monitoridade do investimento na Assistência Social, ação que vamos fazer
1847 nessa meta. Promover debate sobre a afetação da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os
1848 orçamentos dos entes das três esferas de governo. Encaminhamento: solicitar ao Fundo Nacional
1849 de Assistência Social do plano de monitoramento que será apresentado na CIT, referente à Portaria
1850 número 36, de 25 de abril de 2014, que dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados no
1851 âmbito do SUAS, decorrentes do monitoramento da execução financeira realizada pelo Fundo
1852 Nacional, 2- sugerir uma interface com o Conselho Federal de Contabilidade para elaboração de
1853 cartilhas de orientações para os contadores que atuam nos Fundos de Assistência Social. 3 –
1854 convidar a SNAS para apresentação dos impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os
1855 orçamentos dos entes nas três esferas de governo. Meta 6 do nosso plano de ação – promover
1856 qualificação e formação dos conselheiros e equipe técnica da Comissão de Financiamento sobre
1857 matéria orçamentária e financeira. Ação – promover a qualificação e formação dos conselheiros e
1858 da equipe técnica da equipe de financiamento sobre matéria orçamentária e financeira.
1859 Encaminhamentos da meta 6: Enviar convite ai IPEA para apresentar estudo sobre
1860 cofinanciamento e responsabilidade federativa na política de assistência social. É um texto do IPEA
1861 que se chama “texto para discussão” de número um sete dois quatro. Também vamos enviar
1862 convite a SPO, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MDS para apresentar a nota
1863 técnica número um de dois mil e catorze, referentes aos orçamentos da federação, na função
1864 assistência social. Quarto ponto de pauta é a apresentação do e-mail enviado aos Conselhos
1865 Estaduais quanto ao cofinanciamento estadual. Foi apresentado à Comissão pelo Coordenador
1866 Técnico Becchara Miranda, o quadro com as resoluções e e-mail enviado aos Conselhos Estaduais
1867 pela Comissão de Acompanhamento aos Conselhos quanto ao cofinanciamento estadual.
1868 Encaminhamentos: recomendar a plenária que na reunião trimestral de setembro com os
1869 Conselhos Estaduais pautar o cofinanciamento estadual. Realizar atualização do quadro de
1870 resoluções sobre o cofinanciamento de maneira contínua e solicitar a Comissão de Apoio aos
1871 Conselhos o envio aos Conselhos Estaduais e CAS/DF. 5 – Pauta de setembro de 2014: primeiro
1872 ponto de pauta. Estabelecimento de prazos e estratégias para o alcance das metas priorizadas
1873 pela Comissão no Plano de Ação. 2 – Discussão sobre a elaboração das emendas parlamentares,
1874 onde será convidado o Fundo Nacional de Assistência Social. Terceiro ponto de pauta – parceria
1875 com o Conselho Federal de Contabilidade para elaboração de material específico para contadores
1876 dos Fundos de Assistência Social. Convidados: Conselho Federal de Contabilidade e Fundo Nacional
1877 de Assistência Social. Quarto ponto de pauta – apresentação do plano de monitoramento
1878 elaborado pelo Fundo Nacional referente a Portaria nº 36, de 25 de abril de 2014. Convidado:
1879 Fundo Nacional de Assistência Social”. A Presidenta-Substituta agradeceu ao Sr. Becchara e
1880 equipe, à Secretária-Executiva Substituta e ao Conselheiro Leovane pela ajuda da na Comissão.
1881 Esclareceu o desdobramento do Item 1 em diversos subitens e os temas tratados, destacando a
1882 importância de aproveitar as Reuniões Descentralizadas do Conselho para fazer também oficinas

1883 das boas práticas, considerando as regiões. Que a Secretária Executiva havia informado a
1884 digitalização dos processos do CNAS, existindo documentos de 1937, solicitando ao Pleno que
1885 todos os professores, estudiosos, trabalhadores fossem informados que os mesmos estavam à
1886 disposição para pesquisa. Indicou que os encaminhamentos feitos seriam providenciados, sendo
1887 considerados aprovados pelo Pleno, por não haver nenhum destaque. O Conselheiro Leovane
1888 considerou relevante que as Comissões apresentassem seu Plano de Ação, com o mesmo
1889 indicando seu custo para ser incluído no orçamento das ações do Conselho. Informando ter que se
1890 retirar para atender um compromisso, o Presidente passou a coordenação para a Conselheira
1891 Simone, que indagou se havia questionamentos na apresentação do detalhamento aprovado na
1892 PLOA 2015, ação 8249, o terceiro ponto – Plano de Ação da Comissão de Financiamento; o quarto
1893 – apresentação do e-mail enviado aos Conselhos Estaduais, quanto ao cofinanciamento estadual;
1894 e o quinto, Pauta de Setembro de 2014. O Conselheiro Thiago indagou sobre a parceria com o
1895 Conselho Federal de Contabilidade, com Presidenta-Substituta esclarecendo os problemas
1896 enfrentados pelos Secretários Municipais quando do debate sobre a portaria que disciplinava a
1897 execução financeira dos Fundos de Assistência Social, com a Conselheira Carmen sugerindo
1898 começar um diálogo com o CFC. Que seria convidado para discutir como melhorar a contabilidade
1899 do Fundo de Assistência Social, com o Conselheiro Leovane sugerindo que os próprios contadores
1900 tivessem esse contato. A Secretária-Executiva Substituta observou que no encaminhamento do
1901 item 4, com recomendação à Plenária que a reunião trimestral de setembro pautasse
1902 cofinanciamento estadual, lembrou que no Relato da Presidência Ampliada havia discutido a
1903 programação dessa reunião trimestral sendo aprovados os temas: ID Conselhos e também o
1904 Marco Regulatório, sendo retirado o item dos Planos, indagando se manteria essa proposta. A
1905 Presidenta-Substituta indicou que o tema poderia ser pautado, mas que o importante era que o
1906 trabalho feito pela Secretaria-Executiva de reunir todas as deliberações do CNAS, de julho/2013 a
1907 julho/2014, sobre a indução do cofinanciamento estadual, falando sobre o que havia sido
1908 deliberado. Destacou que o importante para a Comissão de Financiamento era que o CNAS
1909 lembrasse aos Conselhos Estaduais que havia cofinanciamentos pactuados na CIT e deliberados
1910 pelo Conselho Nacional, não tendo sido determinada a forma de fazer essa divulgação. O
1911 Conselheiro Leovane complementou que gostariam de conhecer os Estados que realmente
1912 colocavam recursos para cofinanciar a política de Assistência Social. A Presidenta-Substituta
1913 indagou se havia mais alguma observação, com o Relato da Comissão de Financiamento sendo
1914 aprovado pelo Pleno. **Item Relato da Comissão de Política**, pelo Conselheiro Anderson: “Reunião
1915 da Comissão de Política da Assistência Social de agosto de 2014, reunião 5/2014. Data e horário:
1916 12/08/2012 das 9 as 16, anexo do Bloco “F”, ala “A”, sala 108. Conselheiros presentes: Anderson
1917 Lopes Miranda – Coordenador; Ana Lúcia de Lima Starling; Edivaldo da Silva Ramos; Eufrásia
1918 Agizzio; José Crus; Jucileide Ferreira do Nascimento; Juliana Piccolli Agatte; Margareth Alves
1919 Dallaruvera. Convidados: Jaime Rabelo Adriano – Coordenador Geral da Coordenação Geral de
1920 Apoio ao Controle Social e à Gestão Descentralizada – CGACS – DGSUAS/SNAS/MDS; Maria Lúcia
1921 Marquim – Representante do CONGEMAS. Ouvintes: Claudia E. da Silva – COMAS/SP; Daniel
1922 Martins da Silva – COMAS/SP; Mariana Lélis Moreira – SNAS/DPSB/SCFV; Marília Câmara de Assis
1923 – COMAS/SP; Valéria dos Reis Ribeiro – LBV. Secretária Executiva: Maria Auxiliadora Pereira;
1924 Carolina Ribeiro; Maria Antônia Pereira Valente; Rosiely Bomfim. Antes de eu começar, eu queria
1925 rapidamente fazer um agradecimento, porque a importância, não é, agradecer sempre ao Zé Crus,

1926 *nosso ex - Coordenador daqui da Comissão que tem muito me assessorado também junto com a*
1927 *Secretaria Executiva. Um agradecimento especial aí. Ponto 1. Pacto de gestão estadual e do*
1928 *Distrito Federal do SUAS – o Coordenador Geral da Coordenação Geral de Apoio ao Controle Social*
1929 *e à Gestão Descentralizada – CGACS – DGSUAS/SNAS/MDS, Jaime Rebelo Adriano, iniciou a*
1930 *apresentação sobre o Pacto de Aprimoramento do Sistema Único da Assistência Social, abordando*
1931 *a concepção do pacto; o diagnóstico que fundamentou a construção e o estabelecimento das*
1932 *metas e prioridades nacionais e, ainda, seu processo de monitoramento e avaliação. O Pacto de*
1933 *Aprimoramento da Gestão Estadual do Sistema Único da Assistência Social, atribui*
1934 *responsabilidades aos Entes Federativos, estando ancorado na NOB/SUAS – 2012, e por meio das*
1935 *Resoluções nº 17/2010 da Comissão Intergestores Tripartite – CIT e a n.º 32/2013 do CNAS. Em*
1936 *conformidade com as normativas atuais, e em conjunto aos avanços do Sistema Único da*
1937 *Assistência Social, a revisão das prioridades e metas nacionais estabelecidas, ocorre anualmente. O*
1938 *Pacto é um instrumento de Gestão que induz o aprimoramento da gestão, o provimento dos*
1939 *serviços, programas e projetos da Assistência Social. Abaixo, as prioridades estabelecidas para o*
1940 *biênio 2012/2014, que foram analisadas e avaliadas com base em indicadores extraídos do Censo*
1941 *SUAS e demais aplicativos da Rede Sistema Único da Assistência Social para a instituição das*
1942 *metas e prioridades para o biênio 2014/2016. Prioridade 1 – Reordenamento institucional e*
1943 *programático dos órgãos estaduais e do Distrito Federal, gestores da assistência social para*
1944 *adequação do SUAS; Prioridade 2 – Organização do território estadual e do Distrito Federal em*
1945 *regiões/microrregiões, com identificação para orientar a implantação dos serviços de caráter*
1946 *regional nos municípios da abrangência. Prioridade 3 – Prestação de apoio técnico aos municípios*
1947 *na estruturação e implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social, na gestão do*
1948 *Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Prioridade 4 – Coordenação, gerenciamento,*
1949 *execução e cofinanciamento de programas de capacitação para gestores, trabalhadores e*
1950 *conselheiros. Prioridade 5 – Implantação e implementação do Sistema Estadual de Informação,*
1951 *Monitoramento e Avaliação. Prioridade 6 – Definição do processo de transição da municipalização*
1952 *da execução direta dos serviços de proteção social básica, contendo metas, responsáveis e prazos.*
1953 *Prioridade 7 – Cofinanciamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial. Prioridade*
1954 *8 – Apoio ao exercício da participação e do controle social. Prioridades Pactuadas para a Gestão*
1955 *Estadual do Sistema Único da Assistência Social para o biênio 2014/2016: 1- Reordenamento*
1956 *institucional e programático dos órgãos gestores da assistência social dos Estados para adequação*
1957 *ao SUAS; 2 – Ampliação da cobertura do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a*
1958 *Famílias e Indivíduos – PAEFI e Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescentes em municípios de*
1959 *Pequeno Porte I e II; 3 – Apoio técnico aos Municípios na estruturação e implantação e*
1960 *implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social, na gestão do Cadastro Único para*
1961 *Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e do Programa Bolsa Família; 4 – Coordenação,*
1962 *gerenciamento, execução e cofinanciamento dos programas de capacitação para gestores,*
1963 *trabalhadores e conselheiros conforme metas específicas, pactuadas na CIT e deliberações pelo*
1964 *CNAS, para cada Estado e Distrito Federal, cuja meta, no âmbito do Capacita SUAS, é de: capacitar*
1965 *74.124 trabalhadores prioritariamente com vínculo formal, totalizando 111.186 trabalhadores*
1966 *capacitados até 2016. 5 – Implantação de sistemática de informação, monitoramento e avaliação*
1967 *dos serviços socioassistenciais, bem como de vigilância de situações de risco e vulnerabilidade no*
1968 *Estado; 6 – Definição do processo de transição da municipalização da execução direta estatal de*

1969 *serviços de Proteção Social Básica e dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e*
1970 *Adolescentes executados em municípios de grande porte ou metrópoles, contendo metas,*
1971 *responsáveis e prazos. 7 – Cofinanciamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social*
1972 *Especial; 8 – apoio ao exercício da participação e do controle social. Agora nós temos a fala do*
1973 *CONGEMAS – A representante do CONGEMAS, Maria Lúcia Marquim, apresentou as perspectivas e*
1974 *os desafios para cumprimento do Pacto de Aprimoramento Estadual e do DF do SUAS. Ressaltou*
1975 *que os Estados, dentro do pacto de aprimoramento tem a função de darem suporte às secretarias*
1976 *municipais. Os Municípios têm uma maior articulação com o Governo Federal, diferente dos*
1977 *Estados, há alguns Secretários Estaduais que desconhecem a Política Nacional de Assistência*
1978 *Social, com isso não conseguem objetivar a importância do instrumento que é o Pacto de Gestão*
1979 *Estadual, que é fundamental para o aprimoramento e a implementação do SUAS. Ressaltou ainda,*
1980 *sobre a precarização do trabalho, no que se refere aos TRs, contratos de trabalho temporário,*
1981 *cargos comissionados, falta de apoio técnico e capacitação referente a gestão do CADÚNICO,*
1982 *apoio aos CEAS com as temáticas e sobre a lei de funcionamento dos Conselhos, principalmente*
1983 *sobre as representatividades, o que afeta diretamente na qualidade e oferta dos serviços aos*
1984 *usuários. Destacou que o cofinanciamento pelos Estados, em sua maioria, não atendem ao que*
1985 *está previsto no Pacto, o que é repasse fundo a fundo automático e regular. Acrescentou que*
1986 *alguns (minoría) Estados elaboraram e pactuaram na CIB, mas que os encaminhamentos ainda são*
1987 *lentos. Encaminhamentos: A Comissão de Política recomenda a Plenária os seguintes*
1988 *encaminhamentos: propor a presidência ampliada debate do Pleno sobre Federalismo; Convidar*
1989 *para apresentação a experiência do Ministério do Planejamento (agenda de desenvolvimento*
1990 *territorial do Tapajós) para reunião de outubro da Comissão de Política da Assistência Social;*
1991 *Reiterar o convite ao FONSEAS, para participação em outubro, da discussão do Pacto de*
1992 *Aprimoramento de Gestão Municipal; propor as comissões temáticas do CNAS que pautem*
1993 *questões específicas relacionadas aos pactos de aprimoramento da Gestão Municipal, Estadual e*
1994 *do DF; Priorizar, no âmbito do CNAS, a discussão sobre a representação dos trabalhadores e*
1995 *usuários do Sistema Único da Assistência Social, com base nas Resoluções do CNAS. Ponto 2 –*
1996 *Definição de pauta da reunião do mês de setembro – 1 – reunião conjunta das Comissões de*
1997 *Política do CNAS com o CONANDA; 2 – Resoluções CNAS n.º 23 e 24/2006, que regulamentam o*
1998 *entendimento acerca de representações dos trabalhadores e usuários do Sistema Único da*
1999 *Assistência Social; 3 – reuniões regionais do CNAS com os CEAS e CAS/DF – Reunião conjunta das*
2000 *Comissões de Política e de Acompanhamento aos Conselhos, esse assunto será relatado na*
2001 *memória da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Anderson Lopes Mirando.*
2002 *Coordenador da Comissão de Política do CNAS”. O Presidente indicou a reunião do CONANDA, que*
2003 *possivelmente não se realizaria, com o Conselheiro Anderson falou sobre os temas tratados*
2004 *durante a reunião com esse Conselho, o que havia sido pautado nas Metas, com o órgão sendo*
2005 *consultado e as informações repassadas para a Presidência Ampliada ou para o Presidente. A*
2006 *Conselheira Maria Lúcia solicitou algumas correções no texto, com a concordância do Conselheiro*
2007 *Anderson. O Presidente indagou se havia mais alguma observação sobre o Relato da Comissão de*
2008 *Política. Em não havendo o mesmo foi aprovado pelo Pleno. Item Comissão de Benefícios e*
2009 ***Acompanhamento de Transferência de Renda**, pela Conselheira Juliana: “Memória da reunião –*
2010 *reunião 004/2014. A data é 11 de agosto de 2014, local CNAS, anexo ao Bloco “F”, ala “A”, sala*
2011 *108. Conselheiros presentes: Juliana Piccolli Agatte– Coordenadora, Alceu Kuhn; Fátima Aparecida*

2012 Rampin, Leovane Gregório. Participante: Daniel Martins Silva – COMAS/SP. Secretaria Executiva do
2013 CNAS: Maria Auxiliadora Pereira, Carolina Ribeiro, Rosiely Bomfim. 1 – Avaliação e monitoramento
2014 do Plano de Ação da CABTR. A Comissão iniciou a construção do Plano de Ação Gestão 2014/2016,
2015 tendo como base o plano da Gestão passada. Considerando o contexto atual do controle social dos
2016 benefícios e transferências de renda, a Comissão construiu a proposta preliminar do plano, com
2017 inclusão da meta número 4, qual seja: Propor debate em torno da revisão do protocolo de gestão
2018 integrada de benefícios serviços e transferência de renda no âmbito do SUAS, em articulação com
2019 a Comissão da Política da Assistência Social, além de outras ações, estratégicas e
2020 operacionalização viáveis para os próximos dois anos. Encaminhamento: A Comissão de
2021 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda recomenda a Plenária o seguinte
2022 encaminhamento: A Secretaria Executiva organizará as alterações no plano de ação e
2023 encaminhará via e-mail aos integrantes da Comissão para sugestões e correções, com prazo de
2024 devolução até cinco de setembro de 2014. Item 2 – Acompanhamento das propostas e emendas
2025 relacionadas aos Projetos de Lei sobre o Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa
2026 Família e Benefícios Eventuais em tramitação na Câmara dos Deputados e Senado Federal. Foi
2027 solicitado a Assessoria Parlamentar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –
2028 ASPAR/MDS, a relação de propostas e emendas relacionadas aos Projetos de Lei sobre o Benefício
2029 de Prestação Continuada, o Programa Bolsa Família e os Benefícios Eventuais em tramitação na
2030 Câmara dos Deputados e Senado Federal. A ASPAR/MDS retornou apenas com os projetos de lei
2031 sobre BPC e Benefícios Eventuais. Encaminhamento: Reiterar solicitação à ASPAR/MDS para envio
2032 das propostas e emendas relacionadas aos Projetos de Lei sobre o Programa Bolsa Família. 3 –
2033 Outros assuntos: A Comissão submete a Presidência Ampliada a proposta de Reunião
2034 Extraordinária para o dia 8 de setembro, das 14 às 18h, para debater critérios de concessão e
2035 manutenção de Benefício de Prestação Continuada – BPC, tendo como convidados representantes
2036 dos Ministérios da Previdência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
2037 – MDS. Além disso, a comissão considera importante que se faça uma consulta jurídica a respeito
2038 da viabilidade de aplicar aos MEIS (Microempreendedores Individuais) as mesmas condições dadas
2039 aos aprendizes que recebem o BPC; Justificativa: A comissão identificou a necessidade de
2040 apropriar-se melhor dos critérios de concessão e manutenção do BPC, a partir de questionamento
2041 enviado pelo Conselheiro Eivaldo – Presidente do CNAS –a respeito dos critérios vigentes de
2042 manutenção do BPC para microempreendedores individuais. Considerando que a Comissão reúne-
2043 se a cada três meses e dada importância de situar o debate em torno deste assunto, os integrantes
2044 da Comissão sugeriram que nesta reunião extraordinária de setembro representantes dos
2045 Ministérios da Previdência e do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
2046 sejam convidados para apresentarem os conteúdos referentes a este assunto. 4 – Definição de
2047 data e pauta da próxima reunião – novembro: para reunião ordinária da Comissão em 03 de
2048 novembro, das 9h às 18h, a comissão recomenda à plenária a seguinte pauta (sujeita a alterações,
2049 dado que a próxima reunião será daqui a três meses, sendo possível que outros assuntos sejam
2050 prioritários); Informe a respeito das discussões ocorridas nos Encontros Regionais que serão
2051 realizados pelos CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social, especialmente no tocante
2052 aos assuntos de interesse desta comissão (Resolução n.º 15 e Avaliação do Pacto de
2053 Aprimoramento da Gestão Estadual e Municipal, como ênfase nas relacionadas a benefícios e
2054 renda). Encaminhamentos: A Comissão sugere que a Comissão de Acompanhamento aos

2055 *Conselhos dê a devolução a esta comissão a respeito dos assuntos sobre benefícios e renda*
2056 *apontados nas reuniões regionais. Definição de estratégias, aqui já não é um encaminhamento, é*
2057 *outra pauta. Definição de estratégias de atuação dessa comissão no apoio à regulamentação dos*
2058 *benefícios eventuais, com base no cronograma a ser apresentado pela CIT ao CNAS.*
2059 *Encaminhamento: A Comissão sugere que essa agenda seja conduzida em parceria com a*
2060 *Comissão da Política de Assistência Social; Outro item: Convidar a Secretaria Nacional de*
2061 *Assistência Social (SNAS) para apresentar status de implementação sobre Protocolo de Gestão*
2062 *Integrada dos Serviços, Benefícios e Renda, (Resolução da CIT n.º 07/2007) bem como situar o*
2063 *debate em torno da sua revisão (após NOB 2012). A Comissão sugere que essa agenda seja*
2064 *conduzida em conjunto com a Comissão da Política de Assistência Social; Outro ponto: Definir*
2065 *estratégia de atuação da Comissão a partir da análise dos conteúdos das propostas e emendas aos*
2066 *Projetos de Lei sobre o BPC, PBF – Programa Bolsa Família e Benefícios Eventuais. Outros*
2067 *encaminhamentos com vista a subsidiar os trabalhos da Comissão: A fim de melhor compreender o*
2068 *teor do debate em torno do BPC, nas diversas esferas em que o assunto é abordado, a Comissão*
2069 *considera importante solicitar ao Departamento de Benefícios Eventuais – SNAS/MDS, ou outro*
2070 *órgão competente, informações relativas ao BPC pautadas: Pelo Poder Judiciário (STF); Na Câmara*
2071 *Técnica da Secretaria de Direitos Humanos; Nas deliberações da última Conferência Nacional de*
2072 *Assistência Social; Nos acórdãos do Tribunal de Contas da União. Juliana Piccolli Agatte.*
2073 *Coordenadora da Comissão de Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda.” O*
2074 *Presidente indicou o item 3, com a reunião do dia 8 tendo sido aprovada. A Conselheira Jucileide*
2075 *sugeriu revisar o documento no item 5, que se desdobrava em outros dois, com a concordância da*
2076 *Conselheira Juliana. O Presidente, em não havendo mais nenhuma colocação, considerou o Relato*
2077 *da Comissão de Benefícios e Acompanhamento de Transferência de Renda aprovado pelo Pleno.*
2078 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos,
2079 declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de
2080 som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata,
2081 aprovada em reunião de de de dois mil e catorze.